

**ATA N.º 4.1/XIII/2023**

**Sessão Ordinária junho/2023**

**1ª Reunião – 30/06/2023**

Aos trinta dias do mês de junho do ano dois mil e vinte e três, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre do Edifício Sede do Município da Moita, realizou-se a primeira Reunião da Sessão Ordinária de junho da Assembleia Municipal, a fim de se deliberar sobre a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 – Período de Intervenção do Público;
- 2 – Período Antes da Ordem do Dia;
- 3 – Período da Ordem do Dia:
  - 3.1 - Ata nº02.23 – XIII Mandato – Sessão Extraordinária – 25.04.2023;
  - 3.2 - Ata nº03.1.23 – XIII Mandato – sessão ordinária de abril - 1ª reunião – 26.04.2023;
  - 3.3 - Ata nº03.2.23 – XIII Mandato – sessão ordinária de abril - 2ª reunião – 12.05.2023;
  - 3.4 - Apreciação do pedido de suspensão de mandato, por um período de 365 dias, apresentado por Ana Rita Condeço Neto (n.ºs 1 e 2 do art. 7º do Regimento da Assembleia Municipal da Moita);
  - 3.5 - Apreciação do pedido de renúncia de mandato, apresentado por Luís Manuel de Oliveira Morgado (n.ºs 1 e 2 do art. 8º do Regimento da Assembleia Municipal da Moita);
  - 3.6 - Comissão Municipal de Toponímia - ratificação nominal de membro;
  - 3.7 - Desafetação de uma parcela de terreno do Domínio Público Municipal para o Domínio Privado do Município
  - 3.8 - Aprovação da contratação de empréstimo de médio e longo prazos para financiamento de obras de remodelação e construção das redes de águas residuais até ao montante de €2.930.000,00
  - 3.9 - Apreciação da Atividade Municipal (nos termos da alª c) do nº2 do art. 25º da Lei nº75/2013).

**Substituições verificadas e presentes ao plenário da Assembleia Municipal:**

- Pedro Alexandre Rodrigues Mateus foi substituído por Carlos Gualberto da Silva Rodrigues
- Mónica Alexandra da Silva Vilhana Ribeiro foi substituída por Maria Teresa Lésico de Jesus
- Fernanda Nunes de Oliveira Gaspar foi substituída por Rui Pedro Neto Garcia
- Humberto Manuel Martins da Rosa foi substituído por Daniel José Viegas Serpa
- Miguel Francisco Amoêdo Canudo foi substituído por Ana Cristina Antunes da Costa Marques Ribeiro
- Eduardo Jorge Meruje Teixeira foi substituído por João Vasco Ramos Neves
- Presidente da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, Bárbara Dias, foi substituída pelo Tesoureiro daquele Órgão, Luís Filipe Valentim Cerqueira

**Verificação de ausências:**

- Após as substituições efetuadas não se verificaram ausências.

**Registaram-se as presenças dos seguintes Membros do Executivo da Câmara Municipal:**

Sr. Presidente da Câmara Municipal Carlos Edgar Rodrigues Albino e os Srs. Vereadores Sara Daniela Rodrigues e Silva, António Carlos Pedrosa Pereira, Vivina Maria Semedo Nunes, Anabela da Cruz Ramalho Fidalgo Rosa, Ivo Manuel Pereira Pedaço e João Miguel da Silva Romba.

## PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

### **Sr. Hélder Botelho**

Como o senhor Presidente, e mais algumas pessoas, sabem, porque já veio aqui há coisa de 1 ano e meio, 2 anos, de uma situação gravíssima que têm na Travessa do Bairro Costa, no Palheirão, na rua Buenos Aires, naquela zona toda a gente sabe o que é que se passa. Se não querem saber é porque não querem saber. Não podem entrar nas suas casas porque há “cocós, mijadelas, tudo e mais alguma”. O senhor Presidente sabe muito bem que, naquela altura em que se fez a lavagem da estrada, durou um ano e tal, a partir de agora é, novamente, inqualificável, pagarem as suas contribuições e viverem ali.

Gostava de saber quem é a senhora da assistência sociais da Câmara, porque não sabe quem é, e se quiser identificar-se pode levantar o dedo para se identificar, porque se nas suas casas, os seus filhos, os seus netos, são obrigados a ter uma casa de banho, água canalizada, as coisas em condições, porque é que a ação social da Câmara não faz nada. É que não fazem nada. Como sabem, assaltaram a casa que era da fadista já há 1 mês e tal ninguém faz nada, e não podem viver ali assim. Paga os seus impostos, está aqui outra senhora que também vai falar, que mora em frente a eles, e é uma vergonha. Houve uma pessoa, há coisa de 2 anos, que lhe disse aqui na sua cara, à sua frente, “trabalho, trabalho, trabalho, trabalho, trabalho”, mas não existe trabalho nenhum. A nível de limpeza é uma vergonha, aquelas ervas estão com 1 metro e tal e o que eles fazem é “arream as calças e fazem cocó em qualquer lado”.

Não sabe que terra é que querem, mas escolheu a Moita para viver há 20 anos, não é daqui, é de um dos concelhos mais ricos do país, como o Presidente sabe, e isto não pode ser. Como disse da outra vez quando cá esteve, aquando das lavagens, organizem-se, porque está a ver que isto está tudo desorganizado novamente. Está tudo desorganizado novamente, portanto, mais uma vez, porque senão vem cá outra vez e se for preciso isto vai para outros meios. Organizem-se. Isto é uma vergonha. A Moita está uma vergonha, a nível de roubos, como toda a gente sabe, e a nível de tudo. Está uma vergonha. Andam pessoas no Palheirão, que apareceram aí há 3 ou 4 dias a dormir dentro dos carros, assaltam os carros e estão a dormir dentro dos carros. Organizem-se, porque todos estão aqui é que pagam. Portanto, desculpem, mas, mais uma vez, organizem-se. “Senhor Presidente, trabalho, trabalho, trabalho, trabalho, trabalho.”

### **Sra. Rosa Paula Marques**

Gostava de vir cá e trazer novidades, mas não, vem falar sobre o corte de terras na zona industrial da Vila Rosa, a zona envolvente do CRI junto à unidade de cuidados continuados, que está um matagal, o banco que lá está nem dá para se sentarem a descansar, porque se deixam de os ver quando vão andar, então se se sentarem, desaparecem.

Vem novamente perguntar, uma vez que o senhor Presidente lhe dito que tinham feito um levantamento por causa dos cabos das operadoras a nível do concelho, mas, normalmente, quando fala é da rua Gil Eanes, na Vila Verde, e o pavimento está todo destruído e merece uma intervenção. Como já foi falado aqui várias vezes, e os cabos das operadoras foram bandeira da campanha política, que eram os “estendais” de Alhos Vedros, vem saber como é que está isso.

Na última reunião pública que esteve o senhor Presidente disse-lhe que ia verificar se era verdade o que estava a falar sobre as garantias bancárias no pavimento da rua Florbela Espanca, na Quinta da Fonte da Prata, que é o seguimento do quarteirão todo, e porque está a falar verdade, gostava que o Senhor Presidente lhe dissesse, porque já teve tempo, já lá vão 30 dias e teve tempo suficiente para saber, se fala a verdade ou se fala mentira. Se estiver a falar mentira, gostaria que lhe dissesse porque é que está a falar mentira.

Quer saber como é que está a situação do rebaixamento do passeio na rua Alves Redol, na Quinta da Fonte da Prata, da tal passadeira que está rebaixada de um lado e do outro não está rebaixado. Sabe que estas situações que traz cá são repetentes, e não preciso que lhe digam que isto vem dos antigos ou dos anteriores, porque já lá vai o tempo de se desculparem, seja com aquilo que for. Se votou no PS, e se fez uma campanha pelo PS, foi, precisamente, porque acreditou que iam trabalhar e que iam resolver o que, realmente, não estava bem, porque se fosse para fazer uma mudança para pior, que é o caso, porque o concelho está na mesma, aliás, o concelho está 30 vezes pior, porque nem em tempo de pandemia o concelho esteve assim. É verdade, e não vale a pena rir, porque é verdade e as pessoas que vivem no concelho sabem precisamente que isso é verdade, e se acreditou numa mudança para melhor, exige que essa mudança dê uma reviravolta que vá para melhor e que não vá desculpar-se com os erros de outros, porque se estivesse tudo bem ninguém tinha votado no PS.

### **Sra. Helena Simões**

Nas Arroteias a limpeza das ruas é uma vergonha, e tem um terreno que está murado e legalizado, na rua Júlio Dinis, onde junto a ele há um contentor de lixo, e mesmo agora lá passou e fui ver com outra amiga que aqui vinha, e aquele muro está todo cheio de lixo, árvores, outras vezes é lixo das obras, é lixo dos carros, é mil e uma coisa que vão pôr à volta daquele contentor, mas em cima do muro. O que acontece é que os trabalhadores da Câmara, quando vão lá retirar esse lixo, com a garra da máquina já fizeram uma vala e já se vê os caboucos do muro, e gostaria de saber qual é a solução que a Câmara tem para isto, porque está sujeita a que, um dia destes, o muro comece a rachar e comece a cair, porque já está uma vala feita e o muro continua sempre cheio de lixo e tudo e mais alguma coisa.

Entretanto, também nas Arroteias, na rua Miguel Tiago, existe um terreno privado e vedado, que passou a ser um estaleiro de materiais de construção, mas nestes últimos tempos passaram a depositar montes de entulho, o que dá uma má imagem àquela zona, e não sabe se estes entulhos estão a ser depositados no lugar certo, ou se terão alguma autorização para o fazer, e gostaria de saber qual é o ponto de situação daquilo que se vê ali nas Arroteias.

Em relação à limpeza das ervas, é só ir até Às Arroteias para ver. Como há pouco foi falado, e ainda há bocadinho passou por lá pé, aquela rua que vai direito à unidade de cuidados continuados é uma vergonha. Não têm passeio, têm ervas para pôr os pés em cima delas. Aquilo é uma autêntica vergonha. É mesmo uma vergonha. É a rua principal e que dá para passear ali a pé, mas não conseguem, andam em cima das ervas.

### **Sr. João Henriques**

Vem aqui falar de uma situação que já se arrasta há algum tempo. No dia 17 de maio de 2023 houve um grande incêndio pelas 15 horas e 29 minutos, que foi no caniçal e mato na estrada nacional número 11. Chegaram os bombeiros da Moita para apagar o incêndio e quando chegaram lá não tinham água nas bocas de incêndio de torre. E essas bocas de incêndio de torre, como já foi aqui reportado várias vezes, por si e por mais algumas pessoas, continuam sem água. Os bombeiros, como não tinham mais meios, pediram, e muito bem, os reforços aéreos, porque esses reforços aéreos não viessem talvez ardesse muito mais e ardesse algumas casas. Como o senhor Presidente diz nas redes sociais que é o responsável da proteção civil, já devia ter um bocadinho de dignidade para meter bocas de incêndio a funcionar, e porque conhece as bocas de incêndio de torre que existem no concelho da Moita, disse que são 109 bocas de incêndios de torre, mas têm que descobrir quais as que têm água, pelo que pede que tenha consideração às bocas de incêndio porque, se houver novamente um incêndio, acha que a Moita vai arder.

### **Sra. Cláudia Branco**

Vem aqui falar da rua João Luiz da Cruz, na Travessa Bairro Costa, nomeadamente, a nível da higiene, que acaba por ser um ponto bastante importante, porque aquilo está mesmo muito mau, e tem fotos e vídeos do que vai dizer. Eles defecam na rua, mesmo em frente à sua janela, por assim dizer, urinam nas paredes, destroem tudo, a calçada está destruída, trazem entulho de fora e vão para lá e põem-se a destruir, e depois acabam por ocupar toda a rua da parte de lá. A nível do contentor do lixo, eles despejam as coisas lá para dentro de qualquer maneira, e é só moscas e baratas, e se o abrirem aquilo lá dentro está horrível. Na altura, também pedi na app Moita+Próxima, ou para lavarem o contentor ou mudarem o contentor, e fecharam o pedido como resolvido, mas ignoraram a situação, não fizeram nada. Ainda pensou, como estava em Lisboa no trabalho, que quando chegasse tinha um contentor lavado ou mudado, mas não, estava igual, fecharam como resolvido e ficou na mesma.

Depois, como eles ocupam a rua e colocam lá tudo, bicicletas e os carros deles, agora até têm um género de um trolley para andarem nas bicicletas, está tudo ocupado. O Luís Mata, e julga que ele não diz nada porque também tem medo de represálias, não utiliza o lugar que lhe foi facultado pela Câmara porque o lugar é utilizado pelas tralhas e pelos carros. O contentor estava mais abaixo, foi puxado para o lugar dele e ele, pura e simplesmente, estaciona nos lugares das outras pessoas ou vai para a travessa, não usa o lugar que lhe foi destinado. A GNR também passa lá, porque os chama bastantes vezes, e aquilo está à vista, mas também acabam por não fazer nada, e chegaram a apresentar queixa na polícia, mas que depois também acabou por ser arquivada, quando estiveram lá umas pessoas a morar e que até cozinhavam com bilha de gás ali e tudo.

Depois, a par de toda esta situação, começa o vandalismo. A sua casa, que recuperou há pouco tempo, já tem as paredes todas pintadas, destruídas, bicadas, destruíram-lhe o contador da água, que está todo partido, já lhe riscaram o carro com marcador 2 vezes, também já lhe estragaram o espelho do lado do pendura, ou seja, já nem podem deixar ali o carro porque está mesmo ali à mão, andam constantemente com bolas, com pedras, com o que seja, e depois podem acabar por estragar as coisas.

Está sempre a mandar vir, está sempre a refilar, e eles próprios lhe dizem para chamar a polícia e começam a rir, porque eles passam, dizem “atenção a isto”, mas nada é feito. Mais, ficaram a saber que a sua mãe tinha andado a falar por causa da casa da Câmara que eles ocuparam agora na romaria, e depois criaram confusão à porta da sua casa e chegaram a ameaçar que iam entrar na sua, que um dia entravam na sua. Também já ameaçaram a vizinha da Travessa, porque ralhou com os rapazes por estarem a jogar com a bola contra as suas janelas, e um dos adultos levantou-se direito a ela a ameaçar que lhe batia.

Depois, quer de dia ou de noite, é uma barulheira constante. Neste momento, se passarem lá, não estão lá porque na quarta-feira de manhã houve uma confusão enorme com outros que vieram, um deles até tinha uma arma e então eles agora fugiram dali porque estão com medo de negócios, coisas, dinheiros, e então agora está mais calmo. Estão lá os da casa verde, que não têm casa de banho, não têm nada, e depois os meninos vêm fazer as necessidades na rua, de manhã, todos os dias, vêm com um baldezinho e despejam as coisas para dentro do contentor do lixo, tomam banho de mangueira na rua, comem no meio da rua, deitam-se no meio da rua, lavam a roupa, a loiça, tudo, e agora até têm usado a água dessa casa da Câmara, que já tinha água, já tinha luz, para distribuírem entre eles.

Basicamente, é o que tem estado a acontecer, e há coisa de dois anos para cá tem estado a piorar e se, pelo menos, não os deixassem ter as coisas na via pública, limpem a rua e mostrem ali um pouco mais de presença, porque hoje está aqui e amanhã está cá em cima, e acaba por ser complicado, porque uma pessoa depois, mesmo a nível de queixas, e sendo sincera, uma pessoa sente-se com receio, porque houve essa confusão com a sua mãe e tem sempre um bocadinho de receio se eles sabem ou se ouvem alguma conversa, que façam alguma coisa, mas tem vários vídeos que depois vai facultar e enviar para a Câmara. Até já tinha enviado um, a não ser que tenha ido para a pasta do spam, o que julga que não, mas não teve resposta, mas vai voltar a partilhar todas as situações que já se passaram, porque ver é uma coisa, dizer é outra, e pode ser que assim, ao mostrar o que é que se passa, tenha mais impacto e possa ter outras consequências ou, pelo menos, tentarem resolver ali de alguma forma as coisas, porque onde eles estão não tem condições nenhuma e depois obriga a haver todo o tipo de vandalismo e de situações de higiene que se passa ali, porque depois eles fazem tudo na rua.

A rua é deles, eles ocupam aquilo e uma das crianças, há coisa de 3 semanas, levou com um carro porque ele veio a correr, e a sorte é que a senhora ia devagar, mas bateu-lhe e depois juntaram-se logo todos, e acha que até foram os senhores do café que quase protegeram a senhora, porque caíram-lhe em cima e a senhora não tinha culpa nenhuma, porque eles deixam os miúdos andar ali a correr, e é até ao dia em que aconteça alguma coisa grave a um deles, porque quem tiver o azar de passar naquela hora é que tem a vida complicada. E custa-lhe, porque acaba por morar ali mesmo ao lado deles, ver algo que arranjou, e porque não tinha hipótese de pôr lá alguém, foi o seu pai que fez tudo na fachada e pintou, bem como por dentro, e chega ali e está sempre uma coisa nova. Sujam-lhe a entrada, cospem-lhe para a entrada, riscaram-lhe a casa de uma ponta à outra na parte da frente da rua João Luiz da Cruz, a Travessa está toda pintada, está tudo picotado, até beatas apagam lá, e é isto que está a acontecer ali e que espera que resolvam, porque de há 2 anos para cá têm estado a piorar bastante, mesmo bastante.

### **Sr. Ricardo Meireles**

É morador na rua Doutor Miguel Bombarda, no número 49, num condomínio que tem 6 frações, e aquilo que o traz aqui é que no número 51 e 52, salvo erro, está em funcionamento um bar que é chamado Solero. Já esteve aqui em outubro do ano passado, derivado às 2 semanas da festa da Moita, e agora, nas festas de maio, aconteceu exatamente aquilo que aconteceu em setembro, querer descansar, e deram licença novamente até às 4 da manhã. Aquilo que vem aqui questionar, e mais uma vez reforçar, é se não tem direito ao descanso, sistematicamente, quando forem as festas, e não sabe o que é que vão fazer em setembro, se vão dar licença até às 4 da manhã, mas porque não conseguia dormir lembrou-se de ir ver como é que as festas estavam a decorrer, e às 3 da manhã a única coisa que viu aberta foi o Solero, e junto à Câmara havia alguns bares que ainda estavam abertos.

Agora, não sabe, e a última vez que esteve aqui o que lhe disseram era que as pessoas têm que tirar férias nas 2 semanas da festa da Moita, ou seja, uma pessoa não pode viver na Moita, porque se estiver próximo da festa não tem direito ao descanso. Acha que têm que ter atenção a essa situação e quis, mais uma vez, reforçar que as pessoas precisam descansar. Tem uma família, tem 3 crianças menores, e tem que ir trabalhar, e porque não é a festa da Moita que lhe dá, ou apresentam-lhe uma solução, ou mandem-no de férias para algum lado da Câmara, não sabe, mas a Câmara que lhe dê uma solução, e vai de férias para algum lado, ou que lhe paguem, porque já esteve a ver situações, e vai ter que apresentar queixa na polícia ou ir ao médico de família, porque isto já chega ao extremo de uma pessoa ir para o trabalho e não conseguir ter produtividade.

Aproveita também, porque há coisa de 2 semanas tiveram ali uma situação em que rebentou um tubo, e desde então está um buraco enorme mesmo frente ao seu condomínio, pelo que queria perceber o que é que vai ser feito e se está para breve fecharem o buraco, porque aquilo é uma coisa enorme, estão sujeitas a cair lá crianças, pessoas idosas a passar, ou até mesmo os moradores, e a acha que é uma situação que devia ser resolvida o mais rápido possível.

#### **Sr. Mário Chaby**

Vai falar, exatamente, pelo mesmo motivo, o bar Solero, mas gostaria de fazer as perguntas diretamente ao Presidente da Câmara, com quem já teve oportunidade de falar umas 2 ou 3 vezes o ano passado, e consoante o reporte de outras pessoas sobre outros assuntos, dá-lhe a entender que, realmente, a Câmara está muito ocupada, tem muitas coisas para fazer, o senhor Presidente fala muito bem no rádio, e que a Câmara está a fazer isto, e a Câmara está a fazer aquilo, estão a fazer isto, estão a fazer aquilo, mas está aqui pela segunda vez e já ouviu os mesmos assuntos que ouvia o ano passado, portanto, os assuntos que estão a ser reportados não estão a ser feitos.

Pessoalmente, não esteve presente nas festas de maio, porque se ausentou em trabalho, mas a sua mulher estava com a sua filha e, realmente, foi outra vez até às 4 da manhã. A senhora vereadora Sara Silva tinha dito que iam levar em consideração, e que até às 4 da manhã talvez tivesse sido um pouco puxado, mas atendendo ao facto de que não houve as festas da Moita por causa da pandemia, o ano passado deixaram até às 4 da manhã. Ainda que não lhe tivesse garantido, porque disse que não sabiam se ia ser o mesmo, quer-lhe perguntar diretamente, se lhe puder responder, se sabe se vão fazer as festas da Moita até às 4 da manhã este ano. A outra pergunta, porque a Câmara se baseia muito na lei especial do ruído, e já foi mencionado que o próprio e os seus vizinhos se inteiraram do que é essa lei especial do ruído quer dizer, e a Câmara sabe-o, talvez melhor que os próprios, que onde há escolas e zonas residenciais é proibido fazer isso e, pura e simplesmente, ignoram. Uma vez mais, a palavra ignorar aparece várias vezes.

O ano passado nada aconteceu, as festas lá aconteceram, as pessoas ficaram 10 dias sem dormir, as pessoas que trabalham por turnos, como a sua esposa, em concreto, que trabalha no aeroporto e estava no turno em que entrava às 4 da manhã, e podem imaginar se dormiu ou não nessa altura, mas também se está a basear na segurança porque para si é mais importante. Aquele espaço não tem segurança absolutamente nenhuma. Acredita que estiveram em posse de alguns vídeos que lhes foram enviados, e naquele espaço, quando está cheio, as pessoas estão ombro a ombro, não se conseguem mexer, e se há lá um incêndio, ou se há uma coisa qualquer, como aquilo está parede com parede com o seu condomínio, não há hipótese, ali alguém morre, de certeza, e o seu condomínio fica afetado diretamente, portanto, e porque não quer vir aqui outra vez para estar a ouvir a mesma história, pede que sejam concretos e digam que é que vão fazer. Como o seu vizinho Ricardo disse, também já escolheu uns certos sítios, e se lhe pagarem as 2 semanas, vem aqui apresentar o recibo. Tem 2 sítios lá fora e um no Algarve, portanto, se se prontificarem a pagar essa estadia, esses 10 dias, não se importa.

E, em relação àquele tubo que foi mencionado, também tem que se dizer, e é de prezar, que atuaram bastante rápido. No dia que aconteceu, por acaso, estava a passar um funcionário que, quando ouviu o cano rebentar conseguiu fechar a água, e no dia a seguir às 9:30 estavam lá a reparar, portanto, também têm que realçar o bom trabalho feito, e acho que é bom, não é só apontar o dedo, mas é trabalharem todos juntos, moradores e autoridade.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou ao Presidente da Câmara Municipal se pretendia prestar alguns esclarecimentos às questões colocadas.

#### **Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino**

Organizando por alguns temas, sendo que em algumas áreas dará a palavra aos vereadores que têm o pelouro dessas áreas a seu cargo, vai começar pelas questões que o senhor Hélder Botelho aqui trouxe e, com isso, responder também às questões colocadas pela senhora Cláudia Branco.

No que respeita às condições em que as pessoas se encontram, e em particular, os mais jovens, não sabe, não tem conhecimento se já foi feita ou não a queixa à CPCJ, mas se ainda não foi feito, deixa aqui o alerta, e mesmo a Câmara, com os vídeos que lhes foram feitos chegar pelos próprios, tem obrigação de encaminhar estas situações para a CPCJ, que deverá avaliar as questões em que os menores se encontram, e para salvaguardar aqueles que são os superiores interesses das crianças.

Depois, passando para a questão travessa do Bairro da Costa e da rua João Luiz da Cruz, e toda aquela zona envolvente, como todos bem sabem, ainda recentemente houve um acampamento junto àquela rotunda, e também lhes deve ter chegado ao conhecimento que o próprio foi lá sensibilizar as pessoas de que aquilo não seria, certamente, o melhor local para fazer o acampamento, e ainda bem que as pessoas assentiram, concordaram, e de livre e espontânea vontade saíram. Mas, esse não é o seu principal papel, e caberá às autoridades fazer esse acompanhamento constante, e têm reunido com muita frequência com o comando distrital da GNR, que lhes prometeu que iria acompanhar este assunto com uma muito maior proximidade.

Não esquecer que este é um trabalho contínuo que tem vindo a ser feito ao longo do tempo, e bem sabem, por exemplo, que não podem nem têm capacidade de avançar em todas as frentes, exatamente, ao mesmo tempo. Começaram por aquela que prometeram que iriam avançar, o regulamento municipal de trânsito de gado, já colocaram o regulamento em prática, já detetaram 3 equídeos em situação irregular e já deram encaminhamento ao procedimento, com todo o custo que teve para a Câmara Municipal, que foi terem, e é sua obrigação dar conhecimento à Assembleia, os trabalhadores ameaçados na sua integridade física, o que levou o que próprio e a vereadora Anabela Rosa tivessem que se deslocar aos serviços e acompanhar os trabalhos de perto, de maneira a estar ao lado dos trabalhadores, para lhes dar confiança para que pudessem continuar a desenvolver o seu trabalho sem receio.

Estão conscientes das dificuldades que existem, todas as situações desse tipo que lhes são feitas chegar, são de imediato encaminhadas para a GNR, existem situações de natureza diversa, têm conhecimento que existem casas que foram ocupadas e cujos proprietários já moveram uma ação legal contra as pessoas que as estão a ocupar para os tirar de lá, e neste caso específico, não está a falar no Palheiro, está a falar noutra local que chegou ao seu conhecimento. Relativamente aos proprietários que permitem que essas pessoas permaneçam nessas habitações, a Câmara, da mesma forma que procurou soluções para o caso do trânsito de gado na via pública, vai ter que tentar encontrar soluções que demovam ou dificultem a situação que aqui descrevem, mas como aqui dizem, e bem, é uma situação complexa, porque em alguns dos casos, o que não pode afiançar com 100% de certeza, mas é-lhes dado a entender que serão os proprietários dos espaços que permitem que eles ali permaneçam, a dificuldade em tirar as pessoas daquele espaço é maior.

Se os próprios proprietários permitirem que aquelas pessoas ali permaneçam, para a Câmara Municipal é muito mais difícil fazer com que eles ali não permaneçam. O que pode aqui dizer é que, toda e qualquer casa propriedade do município que seja ocupada, de imediato, começam a desenvolver um procedimento e uma ação legal para tirar as pessoas das casas que ocuparam, sejam elas quem forem, seja em que local do concelho for, e é por isso que, ainda recentemente, reforçaram a Câmara Municipal com os quadros necessários para desenvolver um trabalho específico só para essa área, e era isso que gostava de deixar bem claro.

No que diz respeito à questão de limpeza, essa sim, podem reforçar, não obstante de também ficar aqui o compromisso de tentarem sensibilizar os proprietários de que, certamente, não estarão a ajudar aquelas pessoas ao permitir que elas habitem numa casa com aquelas condições. Mais uma vez, se nessas casas, e sempre que nessas casas morem menores, os cidadãos podem sempre apresentar, e dando-lhes conhecimento são sempre obrigados a reportar estas situações à CPCJ, para que faça o levantamento da situação e o respetivo acompanhamento, e desenvolva o procedimento conforme aquilo que está previsto para os cidadãos em geral, mas depois o vereador António Carlos Pereira dará um apontamento relativamente a esta questão.

No que diz respeito à senhora Rosa Paula Marques, dizer que os serviços já solicitaram informação relativamente às entidades para ver se, efetivamente, existem ou não existem garantias bancárias e, se existirem, se as mesmas se encontram ou não ainda válidas. Esse pedido foi feito, está a aguardar resposta, e assim que tiver resposta ser-lhe-á, certamente, transmitido.

Agora dizer-lhe aqui uma coisa muito clara à cidadã Rosa Paula Marques, efetivamente, não se pode negar que tenha feito campanha pelo PS, mas há muito tempo que deixou de representar o PS, e não sabe se estará ou não a fazer campanha por outra força política, o que é verdade é verdade é que os motivos que a levaram a incompatibilizar-se com o executivo da Junta só à própria dizem respeito, e sobre os quais não vai versar, o que lamenta é que ainda não tenha conseguido superar essa situação.

Relativamente às questões de limpeza do espaço público, têm tido, o que não é de estranhar, questões de uma enorme litigância. Ainda hoje deu uma resposta relativamente ao contrato das podas das árvores para que o processo, efetivamente, possa avançar, tramitar e ser executado, e vai brevemente entrar em vigor.

Relativamente à questão que o senhor João Henriques aqui trouxe, ocorrida no dia 17/05/2023, o que aconteceu foi um conjunto de terrenos particulares que não se encontravam limpos, como a lei assim o obriga, mas quanto às circunstâncias que levaram à ignição daquele fogo vai-se escusar de aqui as

relatar e enumerar, quem quiser pode pedir esclarecimentos às autoridades que estiveram no local a acompanhar a situação. No entanto, teve oportunidade, neste curto espaço de tempo, de falar com o senhor Presidente da Associação Humanitária de bombeiros da Moita, que lhe disse que sobre essa data, ou outra, não tem informação em concreto, seja como for, a informação que tem é que as suas viaturas, ao contrário daquilo que foi dito pelo senhor João Henriques, foram autónomas e por isso não foi necessário recorrer, neste caso, ao abastecimento de águas da rede de incêndios existente.

E, tanto quanto é do seu conhecimento, e até porque no quadro do Protocolo que existe entre a Câmara os Bombeiros, são eles que têm o compromisso de verificar e garantir que estas bocas de incêndio estão a funcionar, e a informação que têm é que estará tudo em funcionamento. Se, como foi aqui relatado, não estão, o que quer dizer é que vão informar, mas o que, acima de tudo, agradecia, e deixava aqui um apelo, é que acabassem com alguns boatos que existem, que se vão propagando uma e outra vez, para que pareçam verdade, porque depois obrigam, assim como assim, como são responsáveis e as entidades com quem colaboram são responsáveis, são obrigados a ir aos locais, fazer essa verificação e essa validação, uma e outra vez, e os recursos da Câmara e dessas entidades são finitos, e quando estão ali não estão a fazer outro tipo de trabalho.

Não esquecer que, ainda há pouco tempo, o senhor vereador António Carlos Pereira, o Senhor Presidente da Junta de Alhos Vedros e outras entidades locais estiveram algumas noites no cemitério de Alhos Vedros porque alguém resolveu lançar um boato que havia um conjunto de pessoas a pernoitar, veja se, no cemitério, e então, neste caso, a GNR, o senhor vereador, entidades da segurança social, o Presidente da Junta e outras entidades, andaram no cemitério de Alhos Vedros, noite após noite, e em noites intercaladas, nomeadamente, na véspera da Páscoa, a verificar se estavam ou não pessoas a dormir no local. Bem sabe que no combate político, às vezes, usa-se muitas estratégias, muitos subterfúgios, mas agradecia que se pautassem pela verdade e que evitassem o boato, que não acrescenta valor e, uma e outra vez, é desmentido pelos factos.

Depois, relativamente à questão da rua Miguel Bombarda, vai deixar para a vereadora Sara Silva responder, bem como a outras coisas que lhe digam diretamente respeito, mas quer assinalar a rápida intervenção dos trabalhadores, que tem sido uma realidade nessa como situações, e o buraco está previsto ser tapado para breve. Quando os buracos por algum motivo, não são tapados de imediato, é porque os mesmos carecem de uma intervenção mais profunda, como sucede ali ao pé do Centro Náutico, e não se querendo repetir, que irá carecer de uma intervenção muito mais profunda, que levará ao corte da rua numa grande extensão. O projeto de remodelação daquele troço já vai ser lançado, e o projeto de arquitetura para toda aquela rua, conforme foi falado por um cidadão morador na rua São Sebastião, que cria o alargamento dos passeios e a intervenção na Avenida, trabalho esse que também está a ser feito, e quando intervencionarem aquele local resolverão todo um conjunto de problemas, como tem sido a forma de estar e a forma de trabalhar da Câmara.

Agora, dizer que nada nada foi feito, ou que nada está a ser feito, ou se os veem aqui com muito trabalho, o que é certo é que agora já ninguém vem falar do centro de saúde, porque a obra agora está em andamento e está a andar a bom ritmo, e quem fala nesta situação em particular fala em tantos outros assuntos que começaram, desde o início, a intervencionar e que agora já deixaram de ser assunto, por isso, devem registar as situações que ainda estão por resolver porque, efetivamente, as querem resolver. É natural que, aquelas que já estão resolvidas, já não sejam aqui assinaladas, já deixam de ser tema de conversa e já não veem aqui para cima da mesa.

Para responder às outras questões, vai passar a palavra ao vereador António Carlos Pereira, para falar das questões sociais, e depois vai passar a palavra à vereadora Sara Silva.

### **Vereador da Câmara Municipal, António Carlos Pereira**

Para fazer aqui um enquadramento, e o ponto de situação, relativamente à rua João Luís da Cruz, e à exposição que a senhora Cláudia Branco apresentou, esta foi uma ocorrência que me foi reportada no próprio dia em que deu entrada no município, que foi encaminhada para o Gabinete de Intervenção Social, Saúde e Habitação, assim como para os serviços da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Moita. Portanto, relativamente a esta situação, reforça, no próprio dia em que lhes apresentou e fez chegar pelo e-mail geral do município, foi encaminhado para os serviços competentes, tanto do município como para a Comissão de Proteção.

No Gabinete de Intervenção Social, Saúde e Habitação esta situação também foi tratada, e foi encaminhada para os serviços de acompanhamento e atendimento social, naquilo que é um protocolo que o município tem com 3 entidades e associações locais para atender e acompanhar as situações sociais. É o caso destas famílias nesta rua, que são beneficiários de apoios sociais, portanto, têm aqui gestores de processo, têm aqui técnicos que fazem o acompanhamento social, um técnico de zona, portanto, está identificado este gestor de processo que ficou a acompanhar e que está a dar aqui alguma solução para estas famílias, que sendo beneficiárias destas prestações sociais têm aqui alguns

compromissos para com a medida, naquilo que é os direitos e os deveres, naquilo que é um contrato e um programa de inserção, portanto, também será nesse quadro desse acompanhamento que esta gestora de zona está a fazer.

Esta equipa, composta por gestores de processo, mas também com ajudantes de ação direta, que tem esta competência de fazer este trabalho, deste investimento nestas famílias que, pelos motivos que aqui invocam, que aqui apresentam, estas crianças têm aqui alguns comportamentos que são desadequados, portanto, importa ter estes técnicos e esta equipa que está a fazer este trabalho de identificar estas necessidades, mas também ter aqui um trabalho mais pedagógico, junto com todos aqueles intervenientes, porque isto serão situações de ação social, situações sociais, mas que, na prática, têm que ser cruzadas depois com aquilo que é saber se estas crianças estão na escola, se estas crianças estão a frequentar estes estabelecimentos de ensino, tentar fazer aqui a identificação e conhecer bem estas situações destas famílias para poder fazer um plano de intervenção, e perceberem no quadro daquilo que é estes parceiros, o município com o seu Gabinete de intervenção Social, mas também estas associações locais que são gestores deste processo, a própria Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, que tem aqui também esta preocupação, e que também recebeu este vídeo, portanto, é isso que tem que dizer. No dia que mandou o e-mail, nesse dia, 31 de Maio, foi enviado para os serviços, e estão a ser identificados.

Para além daquilo que apresenta aqui, que é uma situação de saúde pública, com um contentor, uma intervenção que apresentou e uma exposição que fez via a aplicação Moita+Próxima, e que depois teve uma informação que não era a condizente com aquilo que era a intervenção e que que era a sua expectativa, também irão perceber qual é que foi essa situação, podem ter feito alguma intervenção noutros contentores que não aquele que identificou. Para já, é isso que pode dizer e, se surgirem mais algumas questões relativamente a estas famílias com este acompanhamento, que lhe farão, e aí sim, foi a proposta também, que lhe fizessem chegar, e era a sua dúvida, se após a apresentação da exposição que aqui fez ao município, se depois lhe foi feita chegar uma resposta sobre o que é a intervenção, muito em síntese, mas que está a ser acompanhada e tem aqui uma gestão do processo. A informação que têm dos serviços que ficaram de comunicar com a senhora e dar essa informação é que já foi enviada, pelo que pediu que verificasse se nos seus mails já não tem essa informação.

#### **Vice-presidente da Câmara Municipal, Sara Silva**

Vai começar pelo assunto que é comum a 2 municípios, o senhor Ricardo Meireles e o senhor Mário Chaby, que tem a ver precisamente com aquilo que chamam um bar em funcionamento na rua Miguel Bombarda. De facto, esse espaço não está em funcionamento, está apenas e exclusivamente em funcionamento no âmbito das festividades, 2 vezes por ano, coincidentes com aquilo que é as festas da Moita, no caso do ano passado, e a Feira de Maio deste ano. Em relação a este espaço dizer também que, à semelhança daquilo do que aconteceu o ano passado, em que solicitaram a posição da Câmara em relação àquilo que foi a reclamação para a Provedoria da Justiça, e em relação também às preocupações que o senhor Mário Chaby manifestou aquando da reunião que tiveram e, de facto, em plena Assembleia Municipal, assumiu que iriam fazer tudo para conseguirem, de facto, controlar aquilo que era o ruído para preservar o descanso dos moradores.

E, nesse sentido, foi assumido perante a Provedoria da Justiça, quando lhes perguntaram quais as medidas para mitigação do ruído e para acautelar o descanso e a tranquilidade pública, portanto, de facto, houve a preocupação neste ano de efetivar estas medidas de mitigação, e só após este compromisso com o promotor do evento é que resolveram aceder à emissão da licença de ruído, licença essa que continha ela própria umas medidas de prevenção que o promotor se responsabilizava a cumprir. Dizer também que, em relação à segurança, eles também apresentaram um plano de segurança e de evacuação para este espaço, e também foi com base naquilo que lhes apresentarem, em toda a documentação que a Provedoria da Justiça exigia, que a licença foi emitida.

Começar já por dizer que o bar só funcionou aos fins de semana, portanto, daí reduziram para metade, ou seja, em 4 dias funcionou 2 dias, depois apresentaram-lhes um plano de segurança e de evacuação, ao qual tiveram acesso e que facultaram, têm seguro e fizeram um isolamento acústico para redução do ruído. Foi também previsto na licença de ruído, e isso era também uma das exigências, que não houvesse aparelhagem sonora a céu aberto, e isso não aconteceu. Dizer que este bar também foi acompanhado pela fiscalização da Câmara.

No âmbito das festividades, uma vez que têm umas festas muito próprias, este bar já funcionou em vários locais da freguesia, obviamente, há pessoas que gostam e há pessoas que não gostam, mas têm que, também aqui, não dificultar, porque se virem, de facto, o que é que são as festas da Moita, elas são muito populares e toda a gente tem o seu barzinho, toda a gente tem a sua música à porta, porque dentro dos limites isto é possível, e se fossem limitar tudo isto, a festa, de facto, era uma festa morta.

Nestes 4 dias correu tudo bem, não houve qualquer problema com a GNR, não houve reclamações, não houve incidentes e, de facto, correu tudo bem.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Neste momento, e perante constante interrupção por parte do Sr. Mário Chaby, recordou que existe um Regimento cujas regras todos estão sujeitos, e o público também. Podem não gostar de muita coisa que se diz, mas têm que deixar prosseguir os trabalhos.

#### **Vice-presidente da Câmara Municipal, Sara Silva**

Antes deste bar ser aberto, foi também apresentada pelo promotor uma petição com mais de 300 assinaturas a favor deste funcionamento, que vale o que vale, mas o proprietário do espaço também teve o cuidado de falar com os moradores da zona, e teve a concordância de alguns moradores, mas, de facto, deu a conhecer e isso também era uma exigência da Provedoria de Justiça, portanto, houve aqui um conjunto de situações que os levaram a avaliar, tendo em conta que estas medidas de mitigação foram cumpridas, e que foram 2 de 4 dias.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Neste momento, e mais uma vez perante a constante interrupção por parte do Sr. Mário Chaby, alertou-o que estava a faltar ao respeito a esta Casa, porque têm regras, e respeitam toda a gente, e já teve o seu direito de falar. Isto é a Assembleia Municipal, portanto, os senhores têm as reuniões de Câmara para colocarem essas questões concretas. Compreende a indignação, e serão sempre bem-vindos, venham sempre que quiserem, mas têm que deixara falar cada um na sua vez.

#### **Vice-presidente da Câmara Municipal, Sara Silva**

Em relação a este assunto, pensa que ficou esclarecido quais foram as medidas de mitigação que foram exigidas e que foram cumpridas com a ajuda da fiscalização da Câmara, tanto a redução do número de dias, como o cumprimento dos limites do ruído, o isolamento que foi feito, não havendo um som a céu aberto, o plano de segurança e de evacuação e o seguro de responsabilidade civil, incluindo também uma equipa de segurança no local. Tudo isto foi cumprido, portanto, aquilo que pode dizer é que, de facto, as festas são que são, felizmente, um pouco por toda a freguesia, toda a gente se diverte. Obviamente, há sempre pessoas que trabalham, e respeita isso, mas têm que tentar, realmente, manter aquilo que é a tradição daquilo que já vem de há muito tempo e, de facto, estes tipos de barzinhos, que até animam a festa e até é conveniente existirem, porque eles também dão alguma resposta a quem os visita, e toda a gente se diverte. Em todo o lado, há sempre pessoas que trabalham, como acontece em todos os outros concelhos, e nisso estão também em consonância com aquilo que se vai passando pelos outros concelhos, ainda que tenham que ter aqui um bom senso, e daí terem feito a questão de exigir a redução do número de dias, também para que fosse preservada a tranquilidade dos moradores.

Em relação àquilo que é higiene urbana, dizer também que a recolha do lixo e a lavagem dos contentores está a operar sem qualquer falha, portanto, não tem qualquer indicação de constrangimento e, de facto, está para sair a tal prestação de serviços externa dos monos, de que falam há algum tempo, e no próximo dia 3 de julho vai iniciar a deservagem, desmatação, aplicação de herbicida nos espaços verdes, que era para ter iniciado em Junho, mas tiveram o cuidado na reunião de Câmara pública de dar indicação de que houve uma pronúncia, que está disponível porque foi gravado e podem rever, onde foram explicados os constrangimentos que existiram em relação a este contrato, que teve pronúncias constantes, portanto, e agora sim, estão em condições de iniciar no próximo dia 3 de julho, e esperam que todos os constrangimentos fiquem resolvidos.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Neste momento, e mais uma vez perante interrupção por parte de um membro do público, recordou que antes de intervir assinou um papel, sabe quais são os seus deveres e obrigações, pelo que não lhe ia dar a palavra.

Em seguida, suspendeu os trabalhos da Assembleia por 5 minutos.

### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Retomou os trabalhos, apelando para que todos se entendam e respeitem, para que não precisasse chamar as autoridades e seguir os trâmites que daí advêm, porque não o quer fazer, daí pedir esse cuidado a todos os presentes.

Em seguida, perguntou às forças políticas representadas se pretendiam fazer alguma intervenção sobre as questões colocadas.

### **Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU**

Da parte da bancada da CDU, queria aqui assinalar que todas estas questões que são aqui colocadas pelos senhores munícipes são muito importantes, e são sempre bem-vindos à Assembleia, no entanto, subscreve na íntegra as palavras o senhor Presidente da Assembleia acabou de proferir, porque os trabalhos têm que se desenvolver com uma determinada calma. Sabe que, às vezes, escassas são as oportunidades das pessoas poderem intervir, e em democracia tem que haver mais oportunidades para a população intervir e dizer aquilo que lhe vai na alma, aquilo que é o seu sentimento, aquilo que é a sua vontade, e por isso também fez um apelo para que as reuniões da Câmara se realizassem a horas que permitisse à população participar.

É um apelo que fazem, porque as reuniões públicas acontecerem a meio da tarde, quando as pessoas têm que trabalhar, é quartar a possibilidade das pessoas assistirem, e a única maneira que têm de assistir, e felizmente que as reuniões da Assembleia se realizam à noite, porque os membros da Assembleia não são profissionais da política e também trabalham, mas também é o seu dever cívico, enquanto cidadãos, estarem aqui à noite, e nesse sentido, se calhar, é das poucas oportunidades que a população tem de manifestar as suas preocupações. Mas, as reuniões de Câmara deviam também ser mais abertas à população, serem a horas que permitissem à população participar e também, porque não, reuniões descentralizadas nas freguesias, nos bairros, como a CDU durante a sua vigência sempre fez, e sempre tornou aberta à participação de todas as pessoas, ouvindo as críticas justas, as injustas, porque quem está no poder está, exatamente, para ouvir as pessoas e deve ouvir as pessoas, mesmo que as situações colocadas, por vezes, como é o caso, sejam de uma complexidade extrema.

De facto, esta questão das famílias que aqui é colocada é uma questão muito complexa, é uma questão que ultrapassa a competência direta da própria Câmara Municipal. É verdade, e em nome da verdade, têm que o dizer, envolve outras instituições, nomeadamente do Governo, instituições da administração central, questões de tecido legal, inclusive, mas naturalmente, a Câmara não se pode demitir do seu papel, enquanto elemento charneira, elemento importante, de estar ao lado da população para resolver estas questões, e é isso que querem.

Há outras questões que são da competência direta da Câmara, e são promessas eleitorais que o executivo fez, e essas a Câmara tem que as cumprir, e não se compreende porque é que não as cumpre. Questões como a limpeza, questões como a segurança, nomeadamente, a questão da água nas bocas de incêndio, questões como o ruído, são questões da competência direta da Câmara. Podem ser complexas, mas é a Câmara que as tem que resolver diretamente, portanto, compreende a indignação manifestada pelas pessoas que intervieram por não terem seus problemas, repetidamente, atendidos.

Dizer que, podem contar com a bancada da CDU, que tiraram boa nota de todas as justas questões que são colocadas pela população, que vão acompanhar e exigir a resolução das mesmas e pugnar para que as promessas feitas pela Câmara Municipal sejam cumpridas.

### **1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE**

Queria começar por dizer que, no que diz respeito à descentralização e à realização das reuniões de Câmara, subscreve na totalidade aquilo que o Deputado João Faim acabou agora de dizer, e queria dizer ainda, em relação ao ruído, que os moradores dessas zonas devem começar a dirigir-se ao Ministério do Ambiente, porque parece-lhe que por aqui não vão lá.

Na Baixa da Banheira, na rua da Liberdade, tiveram um problema destes com um café há 4 ou 5 anos, e por muitas queixas que se fizesse à Câmara, ou por muitas queixas que se fizesse às autoridades, que ia lá, e acabava o ruído, no outro dia estava tudo na mesma, e só uma exposição ao Ministério do Ambiente, assinada pelos moradores daquele prédio e dos prédios envolventes, é que encerrou definitivamente aquele café. Portanto, sugere que façam uma boa exposição ao Ministério do Ambiente, dizendo que estão fartos de participar à Câmara e que as coisas continuam na mesma. A desculpa é a festa, mas há pessoas que trabalham durante a festa, há pessoas que trabalham ao sábado e ao domingo, porque são um país em que cada vez se trabalha mais por turno, portanto, naquilo que é para ser feito durante a semana, tem que se ter o cuidado de não ser ultrapassado no fim de semana, em

virtude do trabalho de muita gente neste concelho, já englobar todos os dias da semana, folgando noutros dias, portanto, era a sugestão que lhes deixava.

#### **Deputado António Costa do Grupo Municipal do PS**

Deve dizer que concorda com as 2 intervenções anteriores dos representantes das bancadas do Bloco de Esquerda e da CDU. Como é evidente, todos sentem uma série de dificuldades nestas questões. Estas coisas não são simples. Como o Deputado António Chora referia agora, a Câmara não tem poderes ilimitados, nem se pode olhar para a Câmara como se a Câmara conseguisse resolver tudo, não consegue. Existem limitações, limitações que são muito chatas, que são difíceis de ultrapassar, agora é preciso, e está também perfeitamente de acordo, e a bancada do Partido Socialista secunda, tudo aquilo que o Presidente da Assembleia disse, aliás, é o que está escrito na lei, que as pessoas venham aqui e tenham a consciência que é na base do equilíbrio, na base de conseguirem resolver os problemas, conversando civilizadamente uns com os outros que, eventualmente, podem ultrapassar as coisas de uma forma mais simples. Este ar de confronto, esta situação em que parece que estão ali uns e aí outros, enfim, não se justifica.

Vivem todos aqui no concelho, sentem todos os problemas, e os problemas afetam a todos, as famílias difíceis, os ruídos, também trabalham todos e também sentem as dificuldades, têm é que saber ultrapassá-las, e saber ultrapassá-las com muito equilíbrio, com respeito uns pelos outros, e terem essa noção muito clara, que é na sã convivência uns com os outros e na sem relação uns com os outros, que podem ultrapassar as situações.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Queria dizer às bancadas que tem intenção, após as férias, de reunir os líderes e, sobre este caso das famílias de uma etnia diferente, o que não interessa, são pessoas que têm os mesmos direitos e deveres, já basta a infelicidade da forma como vieram ao mundo, é preciso olhar para estes problemas também com alguma atenção. Se calhar, no antigo regime, era fácil, ia para lá a massa bruta da GNR ou do exército e acabava com aquilo, mas as pessoas têm direitos e deveres, e é possível se houver, realmente, uma boa ligação, como foi dito com órgãos do Governo que têm responsabilidades nisso, e se eles não forem cumpridores, que também sejam penalizados naquilo que recebem.

Pode dizer que já teve algumas discussões com o senhor Presidente da Câmara, numa delas derivado a essa discussão, e ele foi lá ao acampamento. Até à sua própria sogra, no espaço de uma semana, lhe assaltaram o quintal e roubaram 3 vezes a bilha de gás, portanto, passou uma tarde na GNR com a sua esposa, mas não saíram dali sem apresentar a queixa, porque acham que isto deve contar para as estatísticas, embora haja quem diga que não vale a pena. Não, vale a pena, vale a pena lutar pelos direitos, vale a pena lutar pelo que é justo, portanto, como já disse, pela parte da Assembleia estão disponíveis, também em privado, quando quiserem marcar para receberem os municípios.

A Assembleia funciona um pouco quase que como um Provedor do Município, e de interferir, ajudando também a Câmara, e criticando quando for a altura, mas também ajudando perante os organismos estatais para que intervenham, porque, realmente, sem os organismos estatais, como foi dito, não à Câmara que resista a uma coisa destas. Há uma pessoa no país que fala de uma grande demagogia e populismo, mas não resolveu nada, naturalmente, dizer mal é fácil, resolver é mais complicado.

Para terminar, apenas quer reforçar às pessoas que também estão à disposição para os receber e para tentar ajudar em conjunto, com elas e com a Câmara, perante os outros organismos que sejam necessários.

Em seguida, deu por concluído o período de intervenção do público.

### **PERÍODO ANTERIOR À ORDEM DO DIA**

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Informou que deram entrada na Mesa da Assembleia os seguintes documentos para discussão, apreciação e votação:

**2.1 - Moção de Repúdio: “Sim à Liberdade e Democracia; Não à Intolerância e ao Populismo”, apresentado pelo Grupo Municipal do PS;**

- 2.2 - Moção “Proposta pela criação de estudo que permita a futura implementação de sistema de videovigilância no concelho da Moita”, apresentada pelo Deputado Municipal Bruno Mendes;
- 2.3 - Recomendação “1974 – 2024: 50º ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL - POR UMAS COMEMORAÇÕES CONDIGNAS DO DIA DA LIBERDADE - Acerca da importância de preservar a memória”, apresentada pelo Grupo Municipal do BE;
- 2.4 - “Voto de Pesar pelo falecimento de Luís Filipe Aleluia da Costa”, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD;
- 2.5 - Saudação “À 50.ª Feira Do Livro De Alhos Vedros”, apresentada pelo Presidente da Assembleia Municipal, António Duro;
- 2.6 - Moção “Pela valorização dos bombeiros voluntários do concelho da Moita”, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Em seguida, pediu ao Grupo Municipal do PS para proceder à apresentação do documento 2.1.

#### **Deputado Daniel Justo do Grupo Municipal do PS**

##### **“Moção de Repúdio:**

##### **Sim à Liberdade e Democracia; Não à Intolerância e ao Populismo**

O Partido Socialista completou, dia 19 de Abril, 50 anos desde a sua fundação, mantendo-se fiel aos seus princípios e alicerçando-se na sua afirmação como grande partido da Liberdade e da Democracia.

Apesar da evolução das suas lutas e desafios, e do surgimento de novas inquietações e preocupações, o Partido Socialista tem, ao longo de meio século, trabalhado para alcançar um único objetivo: viver em Liberdade e em Paz, numa sociedade cada vez mais Democrática, Justa, Igual e Inclusiva.

Seja enquanto poder ou na oposição, nas autarquias, na Assembleia da República, enquanto Governo e na Europa, o Partido Socialista tem pugnado, através da sua ação, pela construção de um Portugal Melhor, mais Justo, Inclusivo, Livre e Democrático, por mais e melhores condições de vida, pela garantia dos Direitos Sociais, desde o acesso à educação, ao trabalho, à segurança, à saúde e à habitação, e pela garantia dos Direitos Fundamentais e Humanos.

Com base nesta matriz identitária, o Partido Socialista não pode nem deve deixar de repudiar a “ação” desenvolvida no passado dia 13 de Maio, em que assistimos, incrédulos, à tentativa do CHEGA em “cercar” a sede nacional do Partido Socialista, evidenciando publicamente a intenção de atacar as instalações de um partido democrático.

Cercar as sedes de partidos políticos ou entrar em eventos partidários, com o intuito de boicotar, condicionar ou limitar a liberdade de expressão – legítima – de cada cidadã e cidadão, é apelar ao que de pior existe na natureza humana, é a tentativa de ressuscitar a ditadura e o fascismo.

Em Democracia, é inalienável o respeito pela opinião de Todos, sejam a favor ou sejam contra! Contudo, urge não esquecer que a liberdade individual termina, quando se põe em causa a liberdade do outro.

Assim, a Assembleia Municipal da Moita, reunida em Sessão Ordinária a 30 de Junho de 2023, repudia com veemência esses comportamentos e essas práticas, reafirmando os seus ideais de Democracia e Liberdade, contra a Intolerância e o Populismo.

O presente Voto de Repúdio deve ser remetido ao Senhor Presidente da República, ao Senhor Presidente da Assembleia da República, a todos os partidos políticos com assento parlamentar e publicado no sítio da Câmara Municipal / Assembleia Municipal.”

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

#### **Deputado Rui Pedro Garcia do Grupo Municipal da CDU**

A sua intervenção vai só no sentido de dizer que, realmente, foi com grande espanto e preocupação que viram aquelas imagens, numa altura em que se estão a aproximar do os 50 anos da Revolução de Abril, da fundação da Democracia, estas imagens representam, como outros tipos de fenómenos que têm vindo a assistir na vida política, fazem-no temer pela própria saúde da mesma. Estas imagens lembram-no, a si que não era nascido, mas olhando para aquilo que são as imagens da história dos

cercos e assaltos, por exemplo, às sedes do Partido Comunista Português, com os incêndios, alguns assassinatos até, e nesse sentido, é com grande preocupação que assistem a estes fenómenos, e vão, claramente, e obviamente, votar favoravelmente a moção.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Por não ter mais pedidos de intervenção submeteu a moção de repúdio a votação.

Submetida a **moção de repúdio** a votação, foi a mesmo **aprovada** por **unanimidade** com trinta e um votos a favor, sendo quinze do PS, dez da CDU, dois do BE, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes, um da Independente Ana Pereira.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Em seguida, pediu ao Deputado Municipal Independente Bruno Mendes proceder à apresentação do documento 2.2.

#### **Deputado Municipal Independente Bruno Mendes**

##### **«Moção**

##### **Proposta pela criação de estudo que permita a futura implementação de sistema de videovigilância no concelho da Moita**

“Não podemos ter um polícia em cada esquina e nunca vamos ter, mas podemos ter câmaras de vigilância em várias esquinas a serem vistas por um polícia”. Estas são palavras proferidas pelo Diretor nacional da PSP, Magina da Silva, no dia 18 de abril de 2023.

É inegável que este sistema, regulado pela Lei 1/2005, com as devidas alterações, contribui para uma crescente perspetiva de segurança, consistindo numa valiosa ferramenta complementar da atividade policial, preventiva e reativa, e além da capacidade preventora, os sistemas mencionados permitem agilizar e maximizar a resposta policial a cada situação em concreto, facilitando as diligências no domínio da investigação criminal, tendo, inclusive, ajudado, a nível europeu, a desenvolver mais de 4000 investigações, entre elas, os atentados perpetrados em Madrid a 11 de Março de 2004, ou a 19 de Agosto 2017 em Barcelona (que infelizmente vitimou também uma avó e neta portuguesas que ali passavam férias), tendo-se demonstrado fundamental ainda na identificação dos suspeitos que atacaram mortalmente um jovem, em Lisboa, mais concretamente em 2019, sendo que presto a minha homenagem não só por essas perdas mas sim por todas as perdas que se verificaram na prática de atos terroristas similares.

Em 2021, havia 14 municípios já com estes sistemas implementados ou em fase de implementação, número este que continua a crescer, sendo de salientar Cascais, que irá instalar 350 sistemas de videovigilância, bem como Guimarães, Famalicão e Braga, que também vão avançar com a instalação destes sistemas, adesão esta que só demonstra que a segurança é algo primordial e que os mencionados sistemas contribuem para esta segurança.

No nosso concelho, têm surgido diversas situações que, aliadas à paupérrima iluminação pública, têm incrementado um clima de insegurança generalizado. Por exemplo, no parque José Afonso, sem vigilância ou patrulhamentos constantes, ocorreu no presente mês, um ataque de um canídeo que originou 2 feridos. Outra das situações, ou exemplo em que a celeridade de ação, e em que os sistemas de videovigilância podem ter um papel fundamental, é no determinar e identificar incêndios e possíveis responsáveis pelo deflagrar dos mesmos.

A população tem na segurança uma das suas maiores preocupações, sendo que, a título de exemplo, convém denotar que em estudos de opinião efetuados a residentes de concelhos onde são implementados estes sistemas, como por exemplo na Amadora, 76% dessa opinião considera que a instalação de câmaras não iria violar o seu direito à reserva da intimidade da vida privada, demonstrando-se assim que não há qualquer razão para se continuar a investir em traumas do Estado Novo, do Big Brother ou como lhe queiram chamar, e prosseguir no sentido de incorporar a videovigilância como uma ferramenta de segurança pública, essencial para os objetivos de prevenção criminal, repressão criminal e resposta em tempo útil.

Assim, no dia 30 de junho de 2023, esta Assembleia Municipal e os seus membros democraticamente eleitos, deliberam:

- Que seja desenvolvido um estudo que possibilite, em termos futuros, a implementação efetiva de sistemas de videovigilância no concelho da Moita.

No caso da presente moção ser aprovada, deverá ser enviada para a Agência Lusa, enviada e difundida pelos órgãos de comunicação social da região, bem como em outros órgãos de forma a chegar a um vasto número de cidadãos.»

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção submeteu a moção a votação.

Submetida a **moção** a votação, foi a mesmo **aprovada** por **maioria** com dezanove votos a favor, sendo quinze do PS, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes, um da Independente Ana Pereira; onze abstenções, sendo nove da CDU, duas do BE; um voto contra da CDU.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto.

#### **Declaração de Voto do Grupo Municipal do BE proferida pela 1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, António Chora**

“A nossa abstenção tem a ver com o reconhecimento de que é necessário fazer algo pela segurança no nosso concelho, e isso passa, em primeiro lugar, por criar condições de trabalho às autoridades, nomeadamente, reforçando as forças e trabalhar com afinco na criação de um digno quartel para a GNR.”

#### **Declaração de Voto do Grupo Municipal da CDU proferida pela Deputada Tânia Ribeiro**

“A bancada da CDU não se revê, naturalmente, neste texto introdutório que está colocado nesta proposta. Entretanto, o nosso sentido da votação de abstenção nesta votação é porque também não nos opomos, efetivamente, a este estudo, mas não podíamos deixar de trazer aqui, concordando, inclusive, com a declaração de voto do Bloco de Esquerda, de que o que é importante é criar condições para que as forças de segurança neste concelho exerçam as suas obrigações, e isso, neste concelho ainda não acontece. Podíamos estar aqui a noite inteira, efetivamente, a discutir, mas o que é facto é que as forças de segurança neste concelho não têm instalações dignas.”

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Em seguida, pediu ao Grupo Municipal do BE para proceder à apresentação do documento 2.3.

#### **1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE**

##### **«Recomendação**

**1974 – 2024: 50º ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL**

**POR UMAS COMEMORAÇÕES CONDIGNAS DO DIA DA LIBERDADE**

**Acerca da importância de preservar a memória**

A preservação da memória é, mais do que reconhecer e valorizar o aprendizado da vida, um dever que devemos cumprir e respeitar, assim como transmitir às gerações mais novas.

A questão não é de somenos importância principalmente quando se vai ouvindo com alguma frequência e insistência a expressão “dantes é que era bom”.

Da parte de algumas pessoas a expressão é inocente e apenas reflete saudosismo por tempos passados, no sentido em que seriam mais novos e teriam ainda outras valências e uma expectativa de vida mais longa pela frente, mas, entremeadas com estas, surgem outras com diferente conotação.

Sendo a mesma expressão, torna-se diferente e perigosa quando procura contrabandear a ideia, com conotação política, de que dantes, no tempo do chamado “Estado Novo”, é que era bom.

Para esses importa confrontá-los com a seguinte pergunta: E que país era o nosso dantes?

Pois bem, aqui ficam alguns dos aspetos que mais o caracterizavam:

A População era maioritariamente rural e pobre, trabalhava no campo ou na pesca, de sol a sol, e com baixos salários.

O nível de escolaridade era baixo - a taxa de analfabetismo era elevadíssima.

As escolas não cobriam todo o país, o manual escolar era um livro único, o trabalho infantil era bastante comum.

Não havia serviços de saúde.

Havia falta de saneamento básico; não havia água canalizada, nem esgotos ou eletricidade nas casas.

O Estado e a Igreja mandavam. Praticava-se uma única religião, a católica.

Não existiam partidos, eram proibidos; pensar diferente era perigoso e arriscado.

Só um em cada sete nascimentos tinha assistência. Daí resultava uma elevada taxa de mortalidade infantil e das parturientes.

Fome, miséria, medo – era a realidade da maior parte da população. Obedientes, pobres, honrados e trabalhadores – eis o modelo de família do Estado Novo;

A censura estava instituída; a imprensa, a TV, livros, canções, tudo estava sujeito à censura; nas salas de espetáculos havia cadeiras reservadas para os censores e para a polícia política, a PIDE.

A correspondência era violada, até os costumes eram vigiados; a expressão pública dos afetos era proibida. Namorados que se beijassem na rua poderiam ser identificados pelas chamadas “forças da ordem”.

As mulheres estavam confinadas à casa. As professoras e enfermeiras precisavam de autorização do Estado para poderem casar. As hospedeiras não o podiam fazer.

As mulheres não podiam ter passaporte, ausentar-se do país ou abrir uma conta bancária sem autorização do marido.

Quem ousasse levantar a voz contra este estado de coisas era severamente reprimido pelas chamadas “forças da ordem” e pela polícia política, a famigerada PIDE.

As prisões estavam cheias de gente que ousava contestar ou que se supunha contestarem. A prática da tortura estava instituída.

Havia, ainda, o enorme flagelo da Guerra Colonial que fez muitos milhares de mortos e estropiados.

E, depois, aconteceu o 25 de Abril. Uma explosão de festa e alegria que elegeu como símbolo uma flor, um cravo vermelho. O povo saiu à rua, encheu as ruas em liberdade.

Os olhares iluminaram-se com um brilho novo, mais próximo e caloroso. As pessoas abraçavam-se, beijavam-se, alguns choravam de alegria. Era um imenso sonho coletivo que começava «numa ânsia coletiva de tudo fecundar». O que começara como um golpe de estado alargou-se, aprofundou-se. «As portas que Abril abriu» permitiram-nos a construção de um país novo e diferente. E melhor, muito melhor. Em quê? Em tudo!

Liberdade de expressão e de associação.

Fim da Guerra Colonial.

Libertação dos presos políticos.

Eleições livres e democráticas.

Escolaridade obrigatória e gratuita.

Criação do Serviço Nacional de Saúde, garantia do direito à saúde para todo(a)s.

Legislação Laboral consagrando deveres e direitos.

Fim da censura e extinção da PIDE.

Está tudo bem?

Não, muito longe disso!

Há coisas para fazer e melhorar?

Imensas.

**Mas do que não há dúvida é que o país, numa nova dimensão democrática, se transformou radicalmente para melhor, para muito melhor, e isso é justificação mais do que suficiente para que não deixemos apagar a memória.**

Devemos isso a nós próprios e às gerações mais novas.

Prende este texto em jeito de recomendação servir de mote para que as comemorações do 50º Aniversário do 25 de Abril sejam encaradas com a atenção e o cuidado que justificam e merecem,

procurando que se estendam ao longo de todo o ano de 2024 e que se procure envolver toda a comunidade educativa e o rico e diversificado movimento associativo.

Assim, a Assembleia Municipal da Moita, reunida em 30 de junho de 2023, recomenda ao executivo que desenvolva esforços no sentido de participar e de promover um movimento amplo e unitário para celebrar os 50 anos do 25 de Abril, constituindo para isso uma comissão composta por todas as forças vivas do concelho que deverá começar a trabalhar no início de Setembro deste ano.

#### **PARA QUE A MEMÓRIA NÃO SE APAGUE, SEGUIMOS JUNTOS.**

Moita, 30 de junho de 2023

Os deputados municipais do Bloco de Esquerda»

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

#### **Deputada Tânia Ribeiro do Grupo Municipal da CDU**

Vão, naturalmente, acompanhar a recomendação do Bloco de Esquerda, mas só queria lembrar que, já quando das comemorações do 25 de abril de 2023, nesta Assembleia, tinham feito um apelo para que as comemorações do 25 de Abril fossem comemorações, diria, mais populares, que intervisse um conjunto de forças vivas, como aqui está colocado, entendendo a CDU que estas forças vivas são, naturalmente, o movimento associativo que aqui vem referido, mas também são outras associações, também são sindicatos, também são populares, portanto, fazem todo o sentido e vão acompanhar.

#### **Deputado Municipal Elvis Freitas do Grupo Municipal do PSD**

A propósito desta moção, aproveita para dizer que, realmente, o 25 de Abril trouxe-lhes muitas liberdades, muitos direitos, muita paz, mas também trouxe deveres e obrigações, e respeito pelo próximo, e nesta Assembleia, já viu, hoje, faltarem ao respeito à Mesa, ao executivo, aos deputados, e continuam, permanentemente, a ser prejudicados no seu trabalho aqui, porque o público, permanentemente, continua a intervir fora do seu tempo e a prejudicar os trabalhos. E pedia mais uma vez, por favor, que contivessem um pouco os comentários, porque na última fila quase não se consegue ouvir o que dizem aqui à frente. Agradecia, realmente, que se fizesse um 25 de Abril nesse espírito de liberdade e de direitos para todos. Como adenda, é claro que vai votar favoravelmente.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Pensa que isto é, relativamente, pacífico, todos pugnam por aquilo que é dito, e já haviam dito também que até a própria Assembleia Municipal tinha a responsabilidade da Sessão Solene, que vai manter, naturalmente, em integração com as festividades da Câmara, mas outras atividades que devem ser incorporadas, incluindo, na sua opinião que, naturalmente, vale o que vale, devem englobar, porque os 50 anos, realmente, são uma marca. Não há muita gente que os vá viver, portanto, são os que cá estão que os vão viver no próximo ano.

#### **1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE**

Pedi a palavra porque queria referir que, quando falam em setembro, têm um objetivo, e o objetivo claro, é começarem a trabalhar com todas as forças vivas, como já aqui foi dito. E está de acordo com a Deputada Municipal Tânia Ribeiro, naquilo que englobou nas forças vivas, e outras que há por aí, mas também tem o objetivo de que essa comissão a ser criada possa chegar às escolas e comece a trabalhar, e a divulgar dentro das escolas, o que foi a história do país, a história mais recente do país, e o bem que a democracia lhes trouxe para que não se perca a memória, como aqui é dito. Daí, apontarem o mês de setembro para que a Câmara Municipal dê o arranque, ou delegue na Assembleia, onde quiser, da criação desta comissão.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Por não ter mais pedidos de intervenção submeteu a recomendação a votação.

Submetida a **recomendação** a votação, foi a mesmo **aprovada** por **unanimidade** com trinta e um votos a favor, sendo quinze do PS, dez da CDU, dois do BE, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes, um da Independente Ana Pereira.

### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto.

### **Declaração de Voto do Deputado João Soeiro do Grupo Municipal do PS**

“Votei favoravelmente esta moção, como não podia deixar de ser, aliás, porque o meu pai foi um daqueles que combateu naquele tempo, e ele vivia também com o espectro da guerra colonial e, possivelmente, era capaz de sair do país antes da guerra se tivesse possibilidades para isso, ou se o 25 Abril não tivesse acontecido. Mas, penso que não ficava bem comigo mesmo se não lhes transmitisse o seguinte.

Hoje, ouve-se, e quem anda na rua apercebe-se disso, muita gente a dizer “dantes era melhor, era melhor”. Eu acho que devíamos refletir porque é que as pessoas hoje dizem isso. Devíamos refletir porque é que 50 anos depois do 25 de Abril, metade dos eleitores portugueses recusam-se a ir votar. Isso exige uma reflexão profunda, penso eu. Que haja coragem e elevação para isso, porque as pessoas também sabem aquilo que se passa no país, as pessoas nunca sentiram tanta insegurança. Dantes, havia um tipo de insegurança, agora há outra

Eu acho que Abril não foi feito para que os professores fossem agredidos, o 25 de Abril não foi feito para que os agentes da autoridade fossem agredidos. O 25 de Abril não foi para isso, e isso está-se a passar. São essas e outras questões, menos boas ou más, inclusive, que fazem com que hoje tanta gente tenha este tipo de desabafo, mas, com certeza, entre os males da democracia, as fragilidades da democracia e a ditadura, com certeza, 25 de Abril sempre.”

### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Em seguida, pediu ao Grupo Municipal do PSD para proceder à apresentação do documento 2.4.

### **Deputado Elvis Freitas do Grupo Municipal do PSD**

#### **“Voto de Pesar pelo falecimento de Luís Filipe Aleluia da Costa**

**Luís Filipe Aleluia da Costa**, o ator português, cuja memória perdurará como o “menino Tonecas”, faleceu no passado dia 24, aos 63 anos de idade.

Nascido a 23 de fevereiro de 1960 em Setúbal, Luís Aleluia descobriu o seu gosto pelo palco ainda na infância, ao participar nas galas da Casa do Gaiato, onde viveu durante sete anos e disse ter aprendido os “valores que ficam para a vida, como a lealdade, a fraternidade, a cumplicidade, o valor do trabalho e o respeito pela liberdade do outro”.

Seguiram-se atuações em diferentes grupos amadores até à profissionalização no Teatro de Animação de Setúbal (TAS).

Detentor de uma longa carreira, Luís Aleluia interpretou ao longo de mais de 40 anos vários papéis de comédia, no teatro e na televisão, no entanto, como teve oportunidade de afirmar, via no drama o seu “maior desafio”.

Integrou o elenco do Teatro Maria Vitória e do Teatro Villaret. Entre muitas outras produções atuou em “Piaf!”, no Casino Estoril, em “A Curva da Felicidade”, de Eduardo Galán e Pedro Gómez, no Centro Dramático de Oeiras, e em “Partitura Inacabada”, sobre “Platonov”, de Anton Tchekóv, no Teatro da Trindade. Entrou em séries como “Os Homens de Segurança”, “Sétimo Direito” e “O Cacilheiro do Amor”, e em produções como “Alves dos Reis” e “O Processo dos Távoras”.

Participou em diversas Telenovelas, designadamente em “Passerelle”, “Na Paz dos Anjos” e “Filha do Mar”, assim como em 'sketches' de comédia, que interpretou em “Os Malucos do Riso”, “Não és homem, não és nada” e “Os Donos Disto Tudo”, ou em programas de entretenimento – “Praça da Alegria” e “Portugal no Coração”.

Alcançou o seu maior sucesso quando protagonizou “As Lições do Tonecas”, com o ator José Morais e Castro, na RTP, e transformou o antigo programa de rádio das décadas de 1930-1940, de José de Oliveira Cosme, numa produção de quatro temporadas e 50 episódios. “As Lições do Tonecas” multiplicaram-se ainda por espetáculos levados às comunidades portuguesas, em todo o mundo, e deram origem a especiais como “O Natal do Tonecas”, “As Férias de Tonecas” e “Tonecas Regressa às Aulas”. Com o êxito do menino mais traquinas da sala, **Luís Aleluia** passou a ser reconhecido por este papel e, mesmo depois da série terminar, o “Tonecas” ficou na memória de todos.

**Luís Aleluia**, um dos atores portugueses mais acarinhado pelo público é unanimemente considerado “um homem bom e um excelente comediante” tendo sido premiado com diversas distinções sobretudo pela sua atividade de ator, mas foi também autor, encenador e produtor de espetáculos.

Para além de reconhecido artista, Luís Aleluia deu também o melhor de si aos outros, nomeadamente com o seu empenho e dedicação ao projeto da Casa do Artista, que é hoje uma nobre realidade na ajuda às atrizes e atores em final de carreira.

Neste momento de enorme perda para a cultura portuguesa, a Assembleia Municipal da Moita manifesta o seu mais profundo pesar pelo falecimento de Luís Aleluia, endereçando à família e amigos as mais sinceras e sentidas condolências.

Moita, 30 de junho de 2023

O Deputado Municipal do PSD

Elvis João Duarte de Freitas»

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção submeteu o voto de pesar a votação.

Submetido o **voto de pesar** a votação, foi o mesmo **aprovado** por **unanimidade** com trinta e um votos a favor, sendo quinze do PS, dez da CDU, dois do BE, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes, um da Independente Ana Pereira.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Em seguida, procedeu à apresentação do documento 2.5.

#### **“SAUDAÇÃO**

#### **À 50.ª FEIRA DO LIVRO DE ALHOS VEDROS**

A Academia Musical e Recreativa 8 de Janeiro, organiza a sua 50.ª FEIRA DO LIVRO DE ALHOS VEDROS. Iniciada em 1972, cerca de 2 anos antes do 25 de Abril de 1974, ainda em ditadura portanto, e tendo apenas tido um ano de interregno na sua história, este importante evento cultural do nosso concelho está a realizar os 50 anos da Feira do Livro de Alhos Vedros.

Em locais e formatos diferentes ao longo dos anos, destaca-se a promoção do Livro, mas não se limita a este, não fosse este só por si de enorme importância cultural.

Pintura, artesanato, desporto, incluindo o popular ciclismo, e música, são outras atividades que a Academia nos tem presenteado ao longo destes 50 anos.

Tem também este tradicional evento cultural do nosso concelho, vindo ao longo dos anos a incentivar e promover o aparecimento de vários novos autores locais, mas não só, o que enriquece a nossa terra.

Foi a Academia 8 de Janeiro, para muitos de nós, uma verdadeira academia de formação cultural, desportiva e política, com realce para os tempos antes do 25 de Abril de 1974.

Nesta data, em que queremos parabenizar a Academia 8 de Janeiro, não podemos esquecer a sua direção, os promotores atuais da Feira do Livro, mas acima de tudo o seu grande mentor e impulsionador, o saudoso Leonel Eusébio Coelho.

Assim, a Assembleia Municipal da Moita, reunida na sua Sessão Ordinária de 30 de junho de 2023, delibera Saudar a Academia Musical e Recreativa 8 de Janeiro de Alhos Vedros pela 50.ª Feira do Livro.

Moita, Paços do Concelho, 30 de junho de 2023

Se aprovada, esta saudação deve ser enviada à direção da Academia Musical e Recreativa 8 de Janeiro, de Alhos Vedros, publicada nas redes sociais municipais e enviada para a comunicação distrital e ministério da Cultura.”

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção submeteu a saudação a votação.

Submetida a **saudação** a votação, foi a mesmo **aprovada** por **unanimidade** com trinta e um votos a favor, sendo quinze do PS, dez da CDU, dois do BE, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes, um da Independente Ana Pereira.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Em seguida, pediu ao Grupo Municipal da CDU para proceder à apresentação do documento 2.6.

#### **Deputada Cândida Vinagre do Grupo Municipal da CDU**

##### **“Moção**

##### **Pela valorização dos Bombeiros no concelho da Moita**

Os Bombeiros são a principal força do sistema de protecção civil e asseguram, em todo o território nacional, nos 365 dias do ano, a Emergência pré-hospitalar, socorro e resgate de vítimas de acidentes rodoviários, transporte de doentes não urgentes, combate a incêndios rurais, urbanos ou industriais, cheias e inundações. Prestam ainda outros serviços relevantes para as suas populações.

Sabemos que as associações de bombeiros voluntários vivem numa situação de permanente sufoco financeiro. Os protocolos existentes com o INEM e a ANEPC não cobre os custos reais dos serviços prestados ao nível da emergência médica, sendo que a sua principal fonte de receita é o transporte de doentes não urgentes.

As elevadas temperaturas que temos sentido nos últimos dias transportam nos para a realidade dura dos incêndios rurais, que surgem cada vez mais cedo e com eles os anúncios de planos e verbas para o seu combate, o habitual: mais verbas, meios, efectivos e, como de costume, meios aéreos quase exclusivamente dependentes de privados e contratados tarde e a más horas. É prática habitual o governo ficcionar a realidade e abafá-la com números de magia e palavras de circunstância.

O MAI apresenta as verbas para o Dispositivo de Combate a Incêndios como se fosse um apoio aos Bombeiros, quando na verdade se trata de um pagamento de parte do serviço prestado numa missão que é responsabilidade do Estado. Em relação ao financiamento dos Corpos de Bombeiros finge que não sabe, do brutal aumento dos preços dos combustíveis, electricidade e comunicações, os mais elevados dos últimos 30 anos e ignora a dramática situação financeira das Associações.

Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal Moita saúdam todos os Bombeiros portugueses.

Para nós a profissionalização dos Bombeiros não pode continuar a significar precariedade, ausência de direitos e baixos salários. E o voluntariado deve ser incentivado, reconhecido e apoiado, porque os Bombeiros não podem continuar a ser usados como mão-de-obra barata.

Com esta iniciativa propomos que a Assembleia Municipal da Moita realizada no dia 30 de junho de 2023 delibere:

Rever o protocolo existente entre a Câmara Municipal da Moita os Bombeiros Voluntários do Concelho da Moita, no sentido de possibilitar um apoio extraordinário de modo a dotar os mesmos de meios fundamentais para o serviço prestado à população do nosso concelho.

A ser aprovada deverá ser enviada à direção dos Bombeiros Voluntários do Concelho da Moita e a todas as associações representativas de Bombeiros, STAL e Liga de Bombeiros.

Os eleitos da CDU na Assembleia de Municipal da Moita, a 30 de Junho de 2023.”

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Informou que antes de perguntar se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir, ia passar a palavra ao 1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE, para proferir uma declaração de interesse, uma vez que faz parte dos Órgãos Sociais da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Moita.

#### **1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE**

“Quero só dizer que me vou abster de discutir e de votar esta moção, porque fiz parte da lista que concorreu aos corpos de gestão da casa que estamos aqui a discutir, portanto, estaria a votar em interesse próprio.”

### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Informou que o Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU se ia abster pela mesma razão, uma vez que também faz parte dos Órgãos Sociais da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Moita.

Em seguida, perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

### **Deputado António Costa do Grupo Municipal do PS**

A sua intervenção é curta e simples. Não vê nenhum problema nesta moção, a não ser o seu texto, enfim, muita confusão e muita mistura, no entanto, há aqui uma situação que considera fundamental. É fundamental rever o protocolo existente atualmente, sem dúvida que é, porque senão, este espírito de apoio extraordinário, que não faz qualquer sentido no parágrafo, nunca mais deixa de existir. Quer lembrar a todos que, mais que não seja por aquilo que se verificou este ano, é fundamental rever este protocolo. Quando entraram com esta nova composição neste Órgão, e é importante relembrar isto, os Bombeiros recebiam um apoio de cerca de 160000 euros ano, neste momento, os Bombeiros recebem da Câmara Municipal 330000 euros ano, ou seja, mais do dobro, portanto, mais que não fosse por isto, era fundamental rever o protocolo e dar corpo de realidade e efetivo àquilo que se passa atualmente, e aquilo que se passa atualmente é, exatamente, esta realidade, o apoio da Câmara passou para mais do dobro, portanto, nesse sentido, é fundamental pôr isto no papel e rever o atual protocolo.

É evidente que, apenas por isto, vai votar, e pensa que a bancada também, favoravelmente a moção.

### **Deputada Tânia Ribeiro do Grupo Municipal da CDU**

Pedi que lhe permitissem fazer uma correção no texto, em nome da bancada da CDU, e não é “os eleitos da CDU”, mas sim “os eleitos da Assembleia saúdam”, naturalmente.

Depois dizer que não trariam aqui esta moção se não tivessem também votado o protocolo nesta Assembleia, e leram atentamente esse texto, agora conhecem também uma realidade e sabem, hoje, que aquilo que é colocado à disposição dos Bombeiros via protocolo é apenas o que lá está, e a realidade que conhecem no passado é que os Bombeiros foram bem mais apoiados do que apenas com aquilo que estava definido em protocolo.

### **Deputado António Costa do Grupo Municipal do PS**

Porque tinha dados que não correspondem, exatamente, à realidade, vão inverter, naturalmente, o seu sentido de voto, por uma razão simples. Confusão sua, falta de informação, o atual protocolo, segundo foi informado, já contempla a verba de 350000 euros, portanto, é evidente que isto muda de figura, e não há necessidade nenhuma de fazer um novo protocolo para incluir a verba atual, porque a verba atual já faz parte do novo protocolo. Como não o conhecia na sua total extensão, referiu uma inverdade, e por isso não vão votar favoravelmente.

### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Por não ter mais pedidos de intervenção submeteu a moção a votação.

Submetida a **moção** a votação, foi a mesmo **reprovada** por **maioria** com dez votos a favor, sendo nove da CDU, um do BE; quatro abstenções, sendo uma do PSD, uma do CDS, uma do Independente Bruno Mendes, uma da Independente Ana Pereira; quinze votos contra do PS.

### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto.

### **Declaração de Voto do Deputado Municipal Independente Bruno Mendes**

“Eu abstenho-me, tendo em conta que se tem verificado nas últimas semanas com esta situação dos Bombeiros, tendo em conta a preocupação com os Bombeiros, alertando também para supostas demissões que têm ocorrido de entre as suas fileiras. E assim, como diz o outro, investigue-se.”

### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Muito rapidamente, quis dar informação de que apenas duas das Comissões Permanentes têm trabalhado, têm reunido e têm feito algumas atividades.

A Comissão Permanente de Cultura, Educação, Desporto, Juventude, Cidadania e igualdade, à qual se tem associado por convite da Coordenadora, Deputada Municipal Mónica Ribeiro, e também porque fazia parte do seu programa eleitoral a candidatura a Presidente da Assembleia Municipal, instituir a Assembleia Municipal Jovem, que já tinha sido aprovada por esta Casa no mandato anterior. Nesse sentido, tiveram contactos com todas as escolas, e já o fizeram 2 vezes, com uma equipa de todos os partidos representados na Comissão, também já aqui decidiram o tema, que é a “Sustentabilidade ambiental do concelho da Moita”, e que se irá realizar no próximo ano. A Assembleia Municipal Jovem, por acordo com as escolas, só se irá realizar no próximo ano, porque têm que a ter nos seus planos escolares e já não havia tempo para este ano

A equipa da Comissão foi aos 6 agrupamentos de escola, foram mais de 33 turmas, cerca de 1000 alunos, tendo os deputados desta Casa, durante 2 dias inteiros, da manhã ao final da tarde, e informaram professores e alunos do oitavo ano sobre qual era o objetivo, o que é que se pretendia, foi bastante interessante e tiveram bastante receptividade. É evidente, como compreenderão, há aquelas turmas que são mais problemáticas das escolas, em que o interesse não foi tão positivo como foi noutras, mas, de uma forma geral, houve bastante interesse dos jovens em aderir a esta iniciativa.

Certamente, realizar-se-á no próximo ano, e entrará no calendário escolar das turmas e será organizada toda a pragmática de debate dentro das escolas, de eleição dos seus representantes dentro das escolas, para depois se chegar um dia aqui, ao debate em Assembleia Municipal Jovem, com o número de alunos muito semelhante ao que esta Casa tem, porque 6 agrupamentos de escola com 5 alunos cada um, num total de 30 elementos. Isto será feito, naturalmente, também em colaboração com a Câmara Municipal, com o pelouro da educação, e esperam que venha dignificar não só a Assembleia Municipal, como a Câmara e como todos os munícipes que aqui estão. É, realmente, importante preparar o futuro, pôr os jovens a não se aliarem da vida política, da defesa dos seus interesses e a progredir.

Também a Comissão Permanente de Ambiente, Infraestruturas e Equipamentos Urbanos, Proteção Civil e Mobilidade, que é coordenada pelo Deputado Municipal João Figueiredo, já teve uma reunião, e nela propuseram logo trabalho, com uma visita à Simarsul que realizaram anteontem. Foi uma visita extraordinariamente gratificante, extremamente importante, pelo menos para si, porque havia imensas coisas que não conhecia. Chegaram lá às 4:00 e saíram de lá quase às 8:30 da noite, portanto, houve bastante trabalho e é bastante importante, pena tem que nem a todos os senhores deputados tenham sido possível acompanhar, conhecerem e estarem presentes. Certamente, outras visitas se seguirão e esperam contar com a sua participação. As juntas de freguesia participaram, algumas pediram para levar mais membros, e isso aconteceu e foi extremamente interessante.

Em seguida, perguntou aos membros da Assembleia Municipal se pretendiam intervir neste período.

### **Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU**

Antes de proferir a declaração política, pediu para acrescentar que a Comissão Permanente de Ambiente, Infraestruturas e Equipamentos Urbanos, Proteção Civil e Mobilidade irá elaborar um relatório acerca da visita, que depois será entregue aos restantes membros da Assembleia.

Em seguida, proferiu a seguinte declaração política:

#### **«Declaração política**

O Presidente da Câmara Municipal da Moita, senhor Carlos Albino, deu uma entrevista publicada no Setubalense, no passado dia 6 de Junho, que é um reflexo perfeito do modo de estar e de fazer política deste executivo e desta maioria relativa do PS.

A própria frase que o jornal escolheu para a capa “O Concelho da Moita estava de costas voltadas para o rio”, é paradigmática de uma forma de estar que ignora o que existe e o que foi construído em quase 50 anos de poder local democrático.

Acontece que, quem conhece o concelho da Moita, não ignora o trabalho de décadas em todas as freguesias na margem do Tejo e, para aqueles que não conhecem, importa então referir.

Na Baixa da Banheira, o parque José Afonso, com 24 hectares e um vasto conjunto de equipamentos públicos de fruição junto ao Tejo, em Alhos Vedros, o Parque das Salinas, o Moinho de Maré, o Museu Municipal, que está agora já com atividade, a intervenção no Largo do Descarregador, na Moita, a Caldeira que permite atividades náuticas várias, e cujo funcionamento ajuda a manter navegável o

canal até a Moita, o cais das embarcações tradicionais, que foi construído para ser um autêntico museu vivo das embarcações tradicionais, incluindo um conjunto de painéis informativos junto ao cais acerca de diferentes tipos de embarcações e das suas funções, no Gaio, todo aquele percurso pedonal entre a Moita e o Gaio, com muita informação sobre a fauna e a flora locais, com o Sítio das Marinhas, onde se preserva e transmite a atividade salineira, que teve uma importância extraordinária em toda esta margem do rio Tejo, não só no concelho da Moita, mas muito no concelho da Moita, e também o parque das Canoas, no Rosário, a praia e os seus equipamentos de apoio, em Sarilhos Pequenos, o parque das Merendas.

Existe um historial de trabalho durante várias décadas que fala por si, e tudo isto servia já para comprovar que aquela frase que apareceu num jornal e que, provavelmente, algumas pessoas que não conhecem o concelho tomaram por verdadeira, não tem assim tanto fundo. Mas, esta nossa grande ligação ao rio e que, como disse, foi construída ao longo de décadas, ignora que o maior ex-libris do nosso concelho, ou um dos maiores ex-libris, é o Boa Viagem, e o Boa Viagem representa-os todos os dias no rio Tejo. Ignorar isto é ignorar uma das raízes mais profundas do concelho.

Ignora ainda, também no plano material e imaterial, que existe um imenso trabalho de recolha e preservação das tradições, com ênfase na construção naval tradicional, com vários trabalhos publicados desde 93, “A Moita, os barcos e o Tejo”, especialmente dedicado às escolas, um trabalho de recolha do estaleiro naval do Gaio, com uma entrevista ao Mestre José Gomes, em 2010, também um livro sobre o estaleiro naval de Sarilhos Pequenos em 2013, e também 2013 um livro sobre a própria reconstrução e recuperação do Boa Viagem.

Todos estes trabalhos foram feitos graças à dedicação, enorme dedicação, dos trabalhadores deste município, com a CDU, que não são uns meros figurantes para a fotografia, são antes elementos essenciais na construção de um melhor concelho para viver e trabalhar.

Mas, a entrevista começa com outra afirmação que a realidade se encarregou, imediatamente, desmentir. Interrogado sobre o que mudou na autarquia com o PS no poder, a resposta foi esta: “Uma maior proximidade com os trabalhadores e o respeito do Código do Trabalho”.

Ora, ainda há 2 dias, tivemos uma manifestação dos trabalhadores das autarquias, englobada numa jornada de luta mais vasta da CGTP, que pugnava por aumentos salariais e uma vida digna, e que a CDU aproveita aqui para saudar e valorizar, onde os trabalhadores desta autarquia a reclamaram o seguinte: “Repudiar qualquer tentativa de perseguição laboral, repudiar qualquer tentativa de atentar contra a liberdade sindical, o alargamento da aplicação do subsídio de insalubridade e penosidade, o cumprimento integral do acordo coletivo, o respeito e a promoção da negociação coletiva, a resposta às questões elencadas no documento reivindicativo, o fim da privatização das funções que são desempenhadas por trabalhadores em funções públicas, o fim da precariedade e contratação de mais trabalhadores, a reposição do princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador” - e coisas tão simples como - “a resposta à carta aberta dos trabalhadores do pré-escolar, entregue no dia 31 de janeiro.” Portanto, sobre uma maior proximidade com os trabalhadores e o respeito pelo código do trabalho, ficamos, para já, conversados.

Foi afirmado ainda que este executivo necessitou de um ano e meio “porque não tínhamos projetos para desenvolver obra”. Esqueceu-se, por um pequeno momento, do Centro de Recolha Oficial de Animais Errantes, o CROAE, e logo a seguir diz que existia e que até conseguiu reduzir os custos, esquecendo-se de explicar que o fez à custa de uma redução da qualidade da construção, cortando nos custos com infraestruturas de saneamento, prescindindo de um maior afastamento ao cemitério do Pinhal do Forno, que o executivo da CDU fez, para poupar possíveis incómodos, dado ser um local que deve ser de silêncio e de recolhimento. Mas, até aqui, a reduzir custos, tem algo de falacioso, uma vez que foi feito um empréstimo bancário que irá encarecer o custo da obra, uma obra para a qual a CDU deixou todo o financiamento necessário.

Mas, ao contrário também do que foi afirmado, a Câmara Municipal da Moita, tinha ido imensos projetos deixados pela CDU, e vários já estavam em andamento no terreno, outros estavam em diferentes fases de desenvolvimento, a saber: a construção da piscina municipal da Moita, a reconversão da avenida 1º de Maio, a reconversão da estrada nacional 11 na Baixa da Banheira, onde mais uma vez apareceram informações que não correspondem à verdade, pois neste projeto aumentaram-se as áreas pedonais e aumentou-se o número total de lugares de estacionamento. É verdade que, em alguns sítios, diminuiu, mas no conjunto aumentou.

Falta terminar o Museu Municipal em Alhos Vedros, um processo que ficou em andamento na nossa altura, a construção da pista simplificada de atletismo parque José Afonso, que só não está já construída porque este executivo resolveu alterar o local e as suas características, a recuperação do skatepark, também no parque José Afonso, um projeto que foi discutido e construído com os antigos utilizadores do skatepark e que, mais uma vez, só não está feito porque este executivo resolveu ignorá-

lo, ou ainda, a reconversão do antigo quartel dos bombeiros para serviços da Câmara, entre outros projetos, vários projetos.

Sobre o facto de, em 2023, a Câmara não ter nenhuma candidatura ao PRR Habitação empurra, mais uma vez, as culpas para a CDU, não referindo que, com a Estratégia Local de Habitação, aprovada ainda em 2021, não foram executados nem 1 euro dos 15 milhões que estavam em orçamento em 2022, e em 2023 vamos pelo mesmo caminho.

Depois segue num caminho de apropriação daquele que foi um trabalho deixado durante décadas pela CDU, quando afirma que “quisemos criar, desde o primeiro momento, a requalificação da frente ribeirinha da outra margem da Caldeira da Moita, que fica em Alhos Vedros”, mas não referiu que isso é algo que está há muito tempo em PDM, que tem ficado à espera do financiamento e que a oportunidade aparece agora com o PRR.

O terminal da Transtejo em Alhos Vedros que foi, durante décadas, reivindicado pela CDU, e não houve governo nenhum que tivesse dado andamento a esse projeto, aparece agora como bandeira do PS, numa altura em que a terceira travessia sobre o Tejo, que está no plano ferroviário nacional, e se anuncie uma ponte entre o Barreiro e o Montijo, que entra em conflito direto com o projeto de trajeto Alhos Vedros - Lisboa por barco, já para não falar das implicações da instalação do aeroporto civil na ase aérea número 6 do Montijo, que é defendida, como todos sabemos, pelo Governo PS.

Para a CDU, o que realmente importa é reforçar o investimento na Transtejo e na Soflusa, em meios humanos e materiais, para melhor servir as necessidades da população e avaliar, de um modo sério, quais são as necessidades de expansão do serviço.

No entanto, para nós, a maior bizzarria e, mais uma vez, reveladora da falta de capacidade de acompanhamento das matérias, é a afirmação de que as pontes que o Governo anunciou ir construir entre o Seixal, o Barreiro e o Montijo serem pontes pedonais, quando é claríssimo, no programa nacional de investimento 2030, que estas são rodoviárias. Bastava ir à comunicação social, e eu percebo que, nesta altura, este executivo não tem grande vontade de ir à comunicação social, em particular, a uma revista semanal, mas se fossem consultar o programa nacional de investimentos viriam que, na ficha R3 do Anexo I refere que serão promovidas por concessionárias de autoestradas, pelo que temos que ficar, desde já, atentos às tentativas de introdução de portagens na nossa região.

A terminar, foi ainda capaz de reduzir a Associação de Municípios da Região de Setúbal, a AMRS, a uma plataforma de websites. A mesma AMRS que, por decisão do PS Moita, este município decidiu abandonar sem acautelar as consequências, que são muito mais gravosas do que um website. A AMRS tem um papel ímpar na região, e cuja capacidade de reflexão e trabalho comum ficou hoje tão bem demonstrada com a realização do congresso da região, um amplo espaço de debate sobre o futuro da região, que reuniu vários agentes regionais, e não só, com a intervenção do território e com o seu desenvolvimento, nomeadamente autarquias, entidades sociais, organizações sindicais, comunidade científica e educativa, empresas, agentes culturais e movimento associativo.

Como conclusão, esta entrevista é um retrato de um executivo e de uma maioria incapaz de reconhecer o passado, que se tem revelado incompetente a gerir o presente e inapto para projetar o futuro.»

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Por não ter mais pedidos de intervenção, deu por concluído o Período Anterior à Ordem do Dia.

### **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

#### **3.1 - Ata nº02.23 – XIII Mandato – Sessão Extraordinária – 25.04.2023**

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção submeteu a ata a votação e lembrou que quem não participou na sessão em apreço não poderia participar da votação.

Submetida a **ata** a votação, foi a mesma **aprovada** por **unanimidade** com vinte votos a favor, sendo onze do PS, cinco da CDU, dois do BE, um do PSD, um do Independente Bruno Mendes.

### **3.2 - Ata nº03.1.23 – XIII Mandato – sessão ordinária de abril - 1ª reunião – 26.04.2023**

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção submeteu a ata a votação e lembrou que quem não participou na sessão em apreço não poderia participar da votação.

Submetida a **ata** a votação, foi a mesma **aprovada** por **unanimidade** com vinte e um votos a favor, sendo nove do PS, sete da CDU, dois do BE, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes.

### **3.3 - Ata nº03.2.23 – XIII Mandato – sessão ordinária de abril - 2ª reunião – 12.05.2023**

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção submeteu a ata a votação e lembrou que quem não participou na sessão em apreço não poderia participar da votação.

Submetida a **ata** a votação, foi a mesma **aprovada** por **unanimidade** com vinte e três votos a favor, sendo onze do PS, sete da CDU, dois do BE, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes.

### **3.4 - Apreciação do pedido de suspensão de mandato, por um período de 365 dias, apresentado por Ana Rita Condeço Neto (n.ºs 1 e 2 do art. 7.º do Regimento da Assembleia Municipal da Moita)**

Em conformidade com o n.º2 do artigo 7.º do Regimento, qualquer pedido de suspensão, devidamente fundamentado, deve ser dirigido ao Presidente e apreciado pela Assembleia.

Não tendo sido manifestado qualquer pedido de intervenção, considerou-se formalmente aceite o pedido de suspensão por todos os membros.

### **3.5 - Apreciação do pedido de renúncia de mandato, apresentado por Luís Manuel de Oliveira Morgado (n.ºs 1 e 2 do art. 8.º do Regimento da Assembleia Municipal da Moita)**

Em conformidade com o n.º2 do artigo 8.º do Regimento, a renúncia torna-se efetiva desde a data da sua apresentação ao Presidente, a qual deverá constar na ata da sessão seguinte.

#### **Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU**

Naturalmente, respeitamos o pedido de renúncia que é feito pelo membro da Assembleia Luís Morgado, mas queria enviar aqui um abraço fraterno para ele e para a família e desejos que as questões pessoais que o levam a afastar-se da Assembleia Municipal se resolvam da melhor maneira, e também dizer que é com muita pena, apesar de representarem bancadas políticas diferentes, que vê a saída do Luís Morgado de membro desta Assembleia Municipal.

Desculpem-nos todos os presentes, mas acha que a Assembleia fica mais pobre e fica com uma dimensão mais reduzida. Obviamente, é substituído por um membro do seu partido, não é isso que está em causa, mas a personagem, a figura, a personalidade, de facto, merece o carinho de todos, o respeito de todos, e deixa-os mais pobres com como referia, pela sua dimensão cívica, pela sua dimensão intelectual, e também pelo conhecimento político. Está certo, naturalmente, conhecendo o Luís

Morgado desde toda a vida, que ele não vai se ausentar da política, vai continuar por aí, vão-se vendo por aí, ele vai exercer na mesma, da melhor maneira que sabe, e que sempre fez ao longo da vida, o seu exercício de cidadania, a sua participação política e cidadã, e vai continuar a contribuir para honrar este concelho, como sempre fez, enquanto antifascista e democrata que é.

Queria também e, obviamente, a sugestão que vai fazer não vincula a bancada da CDU, é uma sugestão pessoal que apresenta, sugerir que o nome Luís Morgado fosse considerado para atribuição de uma medalha de honra do município, o a medalha de mérito artístico e cultura, atendendo ao mural do cais, ex-libris desta terra, e que tem sido honrado por vários executivos de juntas de freguesia da Moita, e Luís Morgado tem estado sempre disponível para colaborar, para além de todas as suas pinturas, os seus desenhos, os seus textos, em muitos aspetos da vida intelectual do concelho, e acha que esta medalha seria muito bem merecida.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

De certa forma, também acompanha as palavras do Deputado Municipal João Faim, e acha que, pese as diferenças, às vezes grandes diferenças, mas o Luís Morgado, realmente, é uma figura incontornável de referência da vila da Moita e do concelho, e é, realmente, uma pena que não possa continuar como membro da Assembleia, a ser diferente como ele era e a contribuir para o debate de ideias.

#### **1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE**

Da parte da bancada do Bloco de Esquerda, como sucedeu há pouco na moção dos Bombeiros, pensam que também aqui não se devem pronunciar, apesar de concordarem com tudo aquilo que o Deputado João Faim acabou de dizer.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Não tendo sido manifestado mais nenhum pedido de intervenção, considerou-se formalmente aceite o pedido de renúncia por todos os membros.

### **3.6 - Comissão Municipal de Toponímia – Ratificação nominal de representante**

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Procedeu à apresentação da proposta infra.

“A Assembleia Municipal deliberou, na Sessão Ordinária de junho de 2022, a distribuição da representação da Assembleia Municipal da Moita na Comissão Municipal de Toponímia pelas 3 forças políticas, atualmente, mais representadas neste órgão, PS, CDU e BE.

Considerando que o representante indicado pelo Grupo Municipal do BE para integrar a Comissão Municipal de Toponímia, Deputado Municipal Luís Manuel de Oliveira Morgado, solicitou a renúncia do seu mandato, conforme já apreciado pelo plenário, importa proceder à indicação de outro eleito representante do BE.

Assim, propõe-se:

- a ratificação nominal do Deputado Municipal António Augusto Jordão Chora, eleito pelo Grupo Municipal do BE, para integrar a Comissão Municipal de Toponímia.”

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção, submeteu a proposta a votação por meio de escrutínio secreto.

Submetida a **proposta** a votação por meio de escrutínio secreto, foi a mesma aprovada por **maioria**, com vinte e seis votos a favor, quatro votos contra e um voto em branco.

### **3.7 - Desafetação de uma parcela de terreno do Domínio Público Municipal para o Domínio Privado do Município**

A proposta infra foi aprovada por maioria, com cinco votos a favor, sendo quatro do PS, um do vereador Independente, e quatro abstenções da CDU, na reunião da Câmara Municipal realizada em 10/02/2023:

“Na sequência da Deliberação de Câmara n.º 78/XIII/2023, tomada em sua Reunião de 27/03/2023, e após ser observada a prévia consulta pública para efeitos de audiência prévia dos potenciais interessados, nos termos do artigo 121.º, 122.º e da alínea d) do n.º 1 do artigo 124.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, na sua redação atual, que aprova o Código do Procedimento Administrativo (CPA), por meio de editais a afixados nos lugares de estilo e no sítio do Município, relativa à intenção de proceder à desafetação do domínio público do Município das instalações que constituem o Lavadouro Municipal para o domínio privado do Município, fixou-se para o efeito um prazo de 15 (quinze) dias úteis.

Após o decurso deste prazo e na ausência de pronúncias quanto à desafetação, mantendo-se a decisão pela Câmara Municipal, deverá o processo ser remetido à Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

Assim, face ao exposto propõe-se que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo do disposto na alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação submeta à apreciação da Assembleia Municipal a desafetação do domínio público municipal para integração no domínio privado municipal do Município, da parcela de terreno, destinada a construção, (LAVADOURO MUNICIPAL), com a área de 1.346,588 m<sup>2</sup>, sita na Rua António Sérgio, Freguesia da Moita, que confronta de Norte com Rua António Sérgio, de Sul Domínio Privado Municipal, de Nascente e Poente com particulares, nos termos do disposto na alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

Em anexo:

Deliberação 78/XIII/2023”

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Pediu à Câmara Municipal para apresentar a proposta supra.

#### **Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino**

Vai tentar ser breve e sucinto, porque por mais que muitos façam declarações de voto, e as declarações de voto não se podem comentar, o que gostava era que alguns fizessem as pazes com a verdade, e isso não pode deixar de ser um desabafo que aqui deixa, deixando claro que, por exemplo, nesta proposta que aqui trazem de desafetação de uma parcela de terreno do domínio público municipal para o domínio privado do município, uma das primeiras coisas que tiveram que fazer foi registar algo que toda a gente constatava e via a sua existência ao longo dos anos, mas não estava registado nas finanças ou em lado algum. Bem sabe que isto não é prática exclusiva da Câmara Municipal, a própria Junta de Freguesia de Alhos Vedros tem-se de batido, exatamente, com a mesma situação. Na Câmara Municipal, têm tido muitas irregularidades destas, com as quais se têm confrontado e têm estado assim, desta forma, a arrumar a casa.

Aquilo que aqui trazem é a passagem do lavadouro que, para todos os efeitos, não existia, é um ativo, é um bem da Câmara Municipal, que passará do domínio público para o domínio privado, para que depois este espaço em particular possa servir para outras valências, inclusive, ser colocado e disponibilizado para que as pessoas o possam dinamizar e os privados que o queiram possam investir. Mas, a ser aprovado, tudo isso será no futuro, e essa proposta irá, com certeza, às reuniões de Câmara e de Assembleia Municipal, cumprindo com todas as questões regulamentares e legais. Agora, aqui trata-se somente disto, registaram o bem, que passa a fazer parte do município, e agora querem fazer esta alteração para o poderem dinamizar em consonância com aquilo que consideram ser necessário.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocada a proposta à discussão intervieram:

#### **Deputado Elvis Freitas do Grupo Municipal do PSD**

Queria perguntar ao senhor Presidente da Câmara o que prevê, exatamente, que possa vir a ser feito, uma vez que referiu a possibilidade dos privados intervirem, o que quer dizer, exatamente, em relação a isso, se a Câmara pretende amontoar ali mais betão ou se pretende perpetuar a memória histórica que aquele lugar lhes traz, porque apesar de não ter nascido aqui, cresceu a ver ali o lavadouro e custalhe muito pensar que, pouco a pouco, vão destruindo a memória histórica desta terra. Portanto, queria que ficasse bem claro que não é intenção deste executivo destruir aquele património, aquele “monumento”, mas sim perpetuá-lo na memória histórica da Moita.

#### **Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU**

A sua pergunta é, exatamente, a pergunta que o deputado do PSD acabou de fazer, e acrescenta ainda um aspeto aqui referido na própria proposta, que o deixa ainda muito mais preocupado relativamente à intenção para o espaço do Lavadouro, porque é dito que o terreno em questão, por estar integrado no domínio público municipal, não pode ser objeto de alienação ou permuta, por uma das características do domínio público, é a sua incomerciability, dado estar subtraído ao comércio jurídico privado. Portanto, estão a querer tirar uma parcela do domínio público e pôr no domínio privado municipal porque, como aqui é dito na proposta, não se pode permutar nem comercializar, o que revela uma intenção clara de haver aqui um negócio por trás, de um património que é do concelho, um património que é da terra e é da memória de todos.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou à Câmara Municipal se pretendia prestar alguns esclarecimentos.

#### **Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino**

Todos gostam de ver, aqueles que têm oportunidade e aqueles que o podem fazer em outras localidades, outros pontos do país, os espaços existentes serem dinamizados e com vida. Em Portugal, até alguns anos atrás, a forma de pensar em preservar a história era permanecer intocável, e então as pedras dos castelos iam caindo, uma após a outra, e dos claustros, iam caindo umas após das outras, mas isso é que era preservar. Preservar era não tocar, era não mexer, ainda que, para isso, as coisas não tivessem vida.

O que a Câmara Municipal irá fazer, e fica já aqui essa garantia, é preservar o lavadouro, porque o que querem é que ele possa ganhar uma nova vida, da mesma forma que outros lavadouros em outros pontos do país foram dinamizados, e o espaço é extremamente amplo e dá para fazer múltiplas coisas. O espaço tem que ser de estudo, mas esse estudo só fará sentido ser feito após a passagem do domínio público para o domínio privado. E, como aqui disse, este bem não pode ser alienado ou vendido sem vir a reunião de Câmara e da Assembleia Municipal, por isso, à partida é estão salvaguardadas todas essas questões que aqui levantaram.

Trata-se, sim, de fazeres algo que, quem cá esteve durante 46 anos, não fez, que foi identificar que o património não estava registado, assumi-lo e agora o que querem é conservá-lo e dar-lhe uma nova vida, pois acha que este espaço terá todas as condições para poder ganhar uma nova vida, como têm ganho outros espaços culturais e etnográficos em outros locais do concelho, que os valoriza. Querem valorizar, só isso. Querem valorizar este espaço.

#### **Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU**

Ouviu atentamente a intervenção do senhor Presidente, de que a intenção é preservar o lavadouro e ganhar uma nova vida num espaço amplo que dá para fazer muitas coisas. O que pergunta ao senhor Presidente é se não é obrigação da Câmara Municipal tratar do espaço público, ou se só consegue tratar quando é do espaço privado e quando há intenção de alienação, porque aqui o que está dito aqui é, exatamente, isso, e é obrigação da autarquia tratar do espaço público, das praças, das ruas, de tudo o que são espaços de usufruto público, usufruto da população, independentemente de poder estar no domínio privado municipal. Mas, aqui há uma intenção que, de certa forma, é revelada, e não fica, de maneira nenhuma, esclarecido com esta intervenção do senhor Presidente, relativamente à intenção de não futura alienação, porque isso é o que aqui está escrito.

#### **Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino**

Para que se entendam relativamente a esta matéria, a Câmara Municipal conserva e faz conservação do património que é seu, como tem vindo a fazer, veja-se o caso posto de turismo, que estava no estado

em que estava e ao qual deram uma nova vida, e agradece a toda a comunidade do concelho da Moita como um todo, à população, aos empresários, às associações, aos particulares, a todos os que se envolveram e contribuíram com um pouco de si para dar uma nova vida, uma nova imagem, e terem um novo posto de turismo, mostrando aquilo que as suas tradições, as suas raízes, e fazem-no. Quem deixou aquilo chegar àquele ponto não foi este executivo, e quem, por norma, dava coisas porque não tinha capacidade de as manter, embora nas fotografias das revistas aparecesse tudo bonito, as fotografias reais mostravam o estado de degradação e de abandono em que aquilo realmente estava, como foi o caso do palacete da Quinta da Fonte da Prata que, quando foi entregue à Fundação Santa Rafaela já estava num estado francamente lastimável, e não foi o PS, foi a CDU, e é preciso pôr “os pontos is”.

O que querem é valorizar o património e vão continuar a valorizar o património, e a Câmara irá recorrer aos mais que estejam ao seu dispor, sendo que já disse que a Câmara não irá alienar este bem. Este bem irá continuar a ser posse do município, agora o espaço tem que ser estudado para ver quais são as soluções que podem aqui ser encontradas, no sentido de valorizar um património que é da população do concelho da Moita, porque este espaço fechado, acha, não serve a ninguém.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Em seguida, submeteu a proposta a votação.

Submetida a **proposta** a votação, foi a mesma **aprovada** por **maioria** com dezassete votos a favor, sendo quinze do PS, dois do BE; quatro abstenções, sendo uma do PSD, uma do CDS, uma do Independente Bruno Mendes, uma da Independente Ana Pereira; dez votos contra da CDU.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto.

#### **Declaração de Voto do Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU**

“Eu votei contra esta proposta porque nos argumentos apresentados, não houve nenhum argumento, mas mesmo nenhum argumento, relacionado com a valorização do património, que não pudessem ser feitos com este património no domínio público municipal. Portanto, o que está na proposta fala, exatamente, na alienação, e em várias formas até. Fala na alienação deste património, que é identitário desta vila, e nós não podemos estar de acordo com isto.”

### **3.8 - Aprovação da contratação de empréstimo de médio e longo prazos para financiamento de obras de remodelação e construção das redes de águas residuais até ao montante de €2.930.000,00**

A proposta infra foi aprovada por maioria, com quatro votos a favor do PS, quatro votos contra da CDU, uma abstenção do vereador Independente, e com o voto de qualidade do Presidente, na reunião da Câmara Municipal realizada em 07/06/2023:

“Considerando que:

- a) A Câmara Municipal deliberou em 08.03.2023, autorizar e aprovar, nos termos do n.º 5 do artigo 49.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, e do n.º 4 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro, a abertura de procedimento de um empréstimo para investimento até ao valor máximo 2.930.000 euros (dois milhões novecentos e trinta euros), para financiamento de obras de remodelação e construção das redes de águas residuais, pelo prazo de 20 anos, nos termos da proposta de deliberação n.º 62 (Anexo I);
- b) Que o Município reúne os requisitos legais necessários pra a contratação de empréstimo de M/L prazo, nos termos dos artigos 49.º, 51.º e 52.º da Lei n. 2 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI), uma vez que, o Município possui margem disponível de endividamento, conforme mapa demonstrativo da capacidade de endividamento (15/05/2023), anexo à presente proposta (Anexo II);

- c) Foi efetuada, no âmbito do procedimento administrativo autorizado pelo órgão executivo, consulta a cinco entidades bancárias (Caixa Geral de Depósitos, Banco Português de Investimento, SA, Banco SantanderTotta, SA, Crédito Agrícola, Caixa Económica Montepio Geral (Anexo III), tendo quatro instituições de crédito subscrito propostas de financiamento: Banco Português de Investimento, SA, Caixa de Crédito Agrícola Mutuo de Entre Tejo e Sado, Caixa Geral de Depósitos e Banco SantanderTotta, SA (Anexo IV);
- d) A comissão de análise de propostas, admitiu todas as propostas rececionadas;
- e) Foi proposto pela comissão de análise de propostas, a adjudicação à Caixa Geral de Depósitos, S.A, pelo facto desta entidade ter apresentado a taxa de juro, incluindo spread, mais baixo, sendo esse o único critério de adjudicação, conforme condições incluídas na ficha técnica aprovada em 8 de maio de 2023 (Anexo V);
- f) No âmbito da audiência de interessados, nenhuma das instituições bancárias colocou objeções ao projeto de decisão remetido, mantendo-se assim a decisão da comissão de análise de propostas de adjudicação à Caixa Geral de Depósitos, S.A, até ao montante total de 2.930.000 euros (dois milhões novecentos e trinta euros), com um Spread de 0,54% que acresce à taxa Euribor a seis meses, pelo prazo de vinte anos com prestações semestrais, dois anos de prazo de utilização e carência na amortização de capital durante o prazo de utilização (Anexo VI);
- g) Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, a autorização para assunção de compromissos plurianuais é da Assembleia Municipal.

#### Tenho a honra de propor que:

- A Câmara Municipal da Moita delibere, submeter a deliberação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com o disposto no artigo 49.º e no artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a adjudicação, efetuada com base no procedimento de consulta desenvolvido, da contratação do empréstimo de médio e longo prazo, à CGD – Caixa Geral de Depósitos, S.A., referente a empréstimo para investimento até ao valor de máximo de 2.930.000 euros (dois milhões novecentos e trinta euros), alusivo ao financiamento de obras de remodelação e construção das redes de águas residuais, nas seguintes condições:
  - Montante Global** - Até 2.930.000 euros
  - Finalidade** - Financiamento de obras de remodelação e construção das redes de águas residuais
  - Prazo** -240 meses a contar data de perfeição do contrato, com 24 meses de prazo de utilização.
  - Período de utilização/diferimento** - Os primeiros 24 meses do prazo de amortização, período, durante o qual os fundos serão postos à disposição do Município, vencendo-se apenas juros.
  - Taxa de juro** - Euribor a seis meses adicionada de Spread de 0,54%
- Delibere, submeter a deliberação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, conjugada com alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, a autorização para assunção de compromissos plurianuais, constantes da minuta de contrato, (Anexo VII), referentes ao empréstimo para financiamento de obras de remodelação e construção das redes de águas residuais
- Delibere aprovar a minuta do contrato e plano financeiro indicativo, em anexo, que faz parte integrante da presente proposta (Anexo VII).

#### Anexos:

Anexo I – proposta de deliberação n.º 62 (deliberação da camara de consulta aos bancos, capacidade de endividamento e ficha técnica que inclui as condições do empréstimo)

Anexo II - demonstração dos limites de endividamento (modelo do TC)

Anexo III – consulta às Instituições de Crédito

Anexo IV – propostas recebidas

Anexo V – ata de análise de propostas da comissão de análise

Anexo VI – relatório final

Anexo VII – minuta de contrato e plano financeiro indicativo

Anexo VIII – cabimento para juros

Anexo IX – compromisso para juros

Anexo X – compromissos plurianuais para juros

Anexo XI – cabimento para capital

Anexo XII – compromisso para capital

**Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Pediu à Câmara Municipal para apresentar a proposta supra.

**Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino**

Também aqui, dado o adiantado da hora, promete ser sucinto, e referir que a proposta que trazem é porque acreditam que, ao circular pelo concelho, já verificaram que existem, nalgumas zonas, abatimentos, noutras zonas, a rede está extremamente envelhecida, já para não falar das necessidades de intervenção que a Câmara terá que fazer na construção de novas redes, por isso, é necessário fazer este investimento.

Bem sabe que na anterior reunião de Câmara, onde esta situação foi debatida, foi dito que nem este, nem o melhor executivo do mundo consegue resolver o problema do saneamento, e ainda que a oposição acredite nisso, cabe-lhes tentar fazer tudo o que esteja ao seu alcance para resolver esta pesada herança que receberam, e como tal, a CDU reconheceu, na intervenção que fez, que estas situações, fruto da maturidade da rede de águas residuais, estava a atingir o seu limite de vida útil, por isso, era natural que houvessem mais abatimentos, que houvessem mais ruturas, e é por isso, e por também reconhecerem isso, que acham que é preciso atalhar caminho e começar a fazer obra o quanto antes, e daí isso apresentarem este pedido de empréstimo, para tentar avançar também o quanto antes na resolução destas situações.

**Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocada a proposta à discussão intervieram:

**Deputado Elvis Freitas do Grupo Municipal do PSD**

Pede desculpa por esta sua constante presença, mas isto de ser deputado único tem estas desvantagens.

A este propósito, queria lembrar o senhor Presidente, que na última reunião, quando se fez a aprovação das contas de 2022, já alertou para este passivo que vem galopando, e que vem crescendo de forma preocupante, e dizer muito rapidamente que, no final de 2021, a Câmara tinha uma dívida de 8951000 euros, no final de 2022, 12340000 euros, e já havia compromissos assumidos de +4000000 de euros. Com este novo empréstimo de quase 3000000 de euros, numa matemática rudimentar, isto sobe para os 19000000 de euros, o que é assustador e preocupante.

Mas, a propósito deste tema do exato dos esgotos, que não se esgota no tema do dinheiro, queria que o senhor Presidente esclarecesse os munícipes acerca do problema real desta conduta da estrada nacional 11, que culminou com o abatimento daquele pedaço de estrada, porque na última reunião da Assembleia de Freguesia da Moita, o senhor Presidente da Junta fez uma intervenção acerca desta matéria onde revelou ter conhecimento de um relatório do LNEC, e o senhor Presidente conhece certamente melhor que todos os presentes, e onde enfatizou a situação da conduta que, segundo o estudo do LNEC, tem uma taxa de probabilidade de colapsar de 80%. Ora, assim como o senhor Presidente da Junta de Freguesia referiu, trata-se de uma conduta com cerca de 2 metros de diâmetro, ou de altura, e imagina que, uma estrada com o movimento que tem a estrada nacional 11, que é a principal, o principal eixo viário que liga a Moita ao Montijo, é preocupante pensar que um estudo de uma entidade como o LNEC aponte a possibilidade de colapsar em 80%.

Um eixo viário que é percorrido diariamente por centenas, talvez milhares de veículos, pessoas e bens, que, pela análise que fez através da visualização da reunião da Assembleia de Freguesia, o que o deixou estupefato é como é que continua a circular ali o trânsito, e o senhor Presidente, que é também o responsável maior pela proteção civil deste concelho, ainda não interditou aquela estrada. Sabe que já foram tomadas medidas, evidentemente, porque se refere que há aí um estudo que já está orçamentado em quase 200000 euros, mas pretende que o senhor Presidente os esclareça sobre o que é que se passa, sobretudo porque é que, aparentemente, não foi feito nada.

**Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU**

la fazer, exatamente, o mesmo pedido de esclarecimento, porque também viu o vídeo em que o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Moita diz que há 80% de risco de rutura, e achou que se

corresponde, realmente, à verdade têm aqui um problema grande de segurança da população. Portanto, gostava de saber, exatamente, o que é que diz o estudo.

Sobre a “pesada da herança”, estiveram na Simarsul há poucos dias, e perceberam que a “pesada herança” são os muitos milhões que foram investidos no saneamento deste município nos últimos anos, e ao longo de muitos anos, dado que vão voltar a falar ao que era este concelho antes do 25 de Abril, saber o que é que não havia e aquilo que foi construído nestes anos, e um investimento que foi contínuo ao longo de 40 anos, portanto, na última década, foram feitos investimentos de valor superior a 10000000 de euros.

Quanto a este novo empréstimo, e mais uma vez, acha que tem que ficar bem esclarecido que não são contra contrair empréstimos para se fazer obra quando ela é necessária e, se ela é necessária, podem contrair empréstimos se o empréstimo fizer falta. E, quando empréstimo faz falta, há uma coisa que têm que saber, que é o que é que vão fazer para pedir 3000000 de euros a um banco. O senhor Presidente diz que é para mexer na rede esgotos, pois, mas o Tribunal de Contas obriga-os a dizer, exatamente, onde e quanto é que custa cada intervenção, que foi o que foi feito aqui, no último mandato, aquando do empréstimo para asfaltamentos vários no concelho, e a aprovação do empréstimo foi feita com base num documento em que diziam, especificamente, que intervenções é que seriam feitas, que tipo de intervenção, onde é que eram feitas, qual era a sua extensão e qual era o seu custo.

Nesta proposta, não encontram nada disto, veem apenas um empréstimo de quase 3000000 de euros para um cheque em branco. Basicamente, é para um cheque branco. É para atuar nos esgotos, mas é um cheque em branco. Não fazem a mínima ideia do que é que pode vir a ser feito ou do que é que vai ser feito, e seria necessário, portanto, querem ver estas informações e, dessas informações, depende o voto da bancada da CDU.

#### **Deputado Daniel Serpa do Grupo Municipal do PS**

Queria deixar aqui uma palavra de congratulação a este executivo por, efetivamente, se ter preocupado com esta questão, que é recorrente no concelho, nomeadamente, na rede de águas, com ruturas consecutivas, quase diárias nalgumas zonas, assim como o problema que enfrentam de ligações ilegais de esgotos, entre outras situações que já foram discutidas nesta Assembleia, por isso, quer deixar os parabéns a este executivo pelo trabalho que tem estado a fazer neste tema da rede de saneamento, e esperam que esta Assembleia aprove este empréstimo para que consigam ultrapassar esta questão, que já tarda em ser resolvida.

#### **1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE (na ausência temporária do Presidente da Assembleia Municipal, António Duro)**

Perguntou à Câmara Municipal se pretendia prestar alguns esclarecimentos.

#### **Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino**

Para esclarecer uma questão, permitam-lhe fazer aqui um ponto prévio, só para dar uma nota, porque há pouco esqueceu-se de dar um esclarecimento que entretanto lhe fizeram chegar do urbanismo, de que os edifícios não podem ser do domínio público, têm de ser do domínio privado, do domínio público são as ruas e jardins, e gostava de dar essa informação aos senhores deputados municipais para ficarem a conhecer esta matéria, e também agradecer a todos aqueles funcionários da autarquia que estão a trabalhar a esta hora, e continuam a trabalhar a esta hora, para que a Câmara, neste caso, o executivo, possa dar respostas concisas e sintéticas.

Relativamente àquilo que é colocado pelo Deputado Elvis Freitas, houve um erro de perceção, certamente, daquilo que foi as conversas que, com toda a normalidade e frequência, têm entre a Câmara e a Junta, porque o número de 80% não é 80%, a inspeção é que foi em 80 metros lineares a partir do ponto de saída junto à muralha, que vai dar à zona do cruzamento. É uma questão de medirem e verificarem que são 80 metros lineares e, desses 80 metros lineares, em 75 metros lineares precisa de ser efetivada uma intervenção o mais rapidamente possível e, o mais rapidamente possível é aquilo que estão a fazer.

Os técnicos da Câmara leram e interpretaram aquilo que diz o relatório do LNEC e, face ao exposto, decidiram, no imediato, fechar uma extensão e uma porção significativa daquela rua, como podem testemunhar. As inspeções ao local são feitas pelos engenheiros da Câmara com alguma frequência, com a periodicidade que os próprios definiram, e segundo o que lhes foi solicitado pelo executivo para garantir a segurança da circulação rodoviária. Se, em algum momento, os técnicos indicarem que, para garantir a segurança, é necessária uma maior limitação da circulação do tráfego automóvel, assim será

feito de imediato. E, é por isso que fazem o acompanhamento, dado ao que está no relatório, passaram a fazer um acompanhamento permanente.

O que estão a tentar fazer é uma corrida contra o tempo, que é verificar se aquilo não se deteriora mais, antes de efetivamente se fazer a intervenção. Pode, em algum momento, haver ali um hiato em que vedam o espaço e a obra arranca um pouco um pouco depois, mas sempre na salvaguarda daquilo que for o interesse público e o interesse da população.

Como aqui disseram, bem como disse na reunião de Câmara de dia 22, este executivo é responsável e, por isso mesmo é que, detetando aquela situação, onde havia um abatimento, fizeram a correção e houve um abatimento, viram que o problema não podia estar circunscrito àquela situação em particular onde houve intervenção e mandaram fazer uma inspeção naquela conduta que tem, aproximadamente, e repete, aproximadamente 2 metros de diâmetro, não é 2 metros de área livre, mas dará para andar lá uma pessoa a ver o espaço. Os técnicos do LNEC circularam no interior, tiraram fotografias, fizeram as suas medições, fizeram a sua análise, entregaram o relatório à Câmara Municipal.

Estão a acompanhar a situação com a seriedade que a mesma merece, e é por isso que, também noutros locais, onde também se têm verificado alguns abatimentos, que têm feito intervenções, como foi agora perto da zona do Palheiro, onde fizeram uma intervenção, uma grande intervenção, e um pouco mais acima também já se verifica que é necessário fazer outra intervenção, no Vale da Amoreira havia uma rede que não estava cadastrada, e é necessário também aí intervir. Na avenida 1º de Maio, depois de levar um tapete completamente novo, descobriram que é necessário fazer uma intervenção na rede de esgotos, e que não estava efetivamente cadastrada, ou seja, é necessário um maior cuidado, é uma necessária uma maior atenção e, ao contrário daquilo que aqui alguns vão dizendo, de que não terão o perfil correto para estar aqui, é olhar para aquilo que lhes deixaram e para a centena de coisas que estão a corrigir, para verem o trabalho exaustivo que tem que ser feito só para corrigir aquilo que foi deixado, quanto mais para projetar o futuro que todos desejam e todos querem.

Relativamente às questões do empréstimo, vai passar a haver a palavra à vereadora Sara Silva, até para falar das questões de saúde financeira da Câmara, uma vez que têm um conjunto de dados que acha que importa terem esse conhecimento.

#### **Vice-presidente da Câmara Municipal, Sara Silva**

Quando falam de empréstimo, falam também de financiamento para o desenvolvimento, e não pode haver desenvolvimento sem haver, obviamente, o financiamento. Para responder também em relação às preocupações do endividamento, dizer quanto à situação financeira da autarquia que a dívida total apurada em 2022, é de 4,9 milhões de euros, representando uma redução de mais de 1000000 de euros em relação a 2021, portanto, nesse mesmo ano, a receita corrente aumentou em +9000000 de euros. E o porquê de ser necessário investir com recurso a empréstimo é para libertarem um bocadinho a tesouraria e, de facto, há investimentos para os quais é necessário recorrer a empréstimos, e é para isso é que os empréstimos servem.

Para concretizar alguns investimentos, de facto, é necessário recorrer ao crédito bancário, uma vez que não têm um orçamento que estique, e com esse orçamento fazer todas as obras que são necessárias, e há uma grande necessidade de investimento nas redes de águas residuais, e é um investimento inadiável, porque precisam de ser substituídas com urgência devido à falta de investimento nos últimos anos, e isso vê-se, de facto, naquilo que têm sofrido a nível de rebitamentos que todos os dias acontecem, o que revela que são redes com muitos anos e com extrema necessidade de serem substituídas e, de facto, há aqui uma preocupação com aquelas obras que não se veem e que são necessárias, como se costuma dizer na gíria, as obras que não dão votos e que são necessárias. É necessário que elas se façam e o quanto antes, e também daí a preocupação em recorrer a este empréstimo, uma vez que é um valor elevado e que tem argumentos que sustentam, com facilidade, este recurso a empréstimo.

Depois, dizer também que a capacidade de endividamento, como consta na proposta que apresentaram, que tem um anexo que diz, precisamente, a capacidade de endividamento para 2023 e, ao consultar, podem ver que a capacidade de endividamento da Câmara Municipal está, neste momento, em sete milhões seiscentos e cinco mil, portanto, também aqui têm uma capacidade de endividamento muito abaixo dos limites legais, e se considerarem o diploma recentemente aprovado pela Assembleia da República, a capacidade de utilização da margem de endividamento duplicará, não havendo, portanto, qualquer risco de ultrapassarem os limites legais. Depois, têm outros fatores que podem alegar, como os encargos financeiros, mesmo assim, é provável que a médio prazo a taxa de juro diminua, que a receita municipal tenha também um impacto positivo para o pagamento destes empréstimos, portanto, há um conjunto de fatores que sustentam também esta capacidade de pagar o empréstimo.

E, em jeito de conclusão, têm que ser ambiciosos para o crescimento do concelho da Moita, é necessário cumprir o plano de investimentos plurianual, alguns investimentos têm que ser financiados por empréstimos e este é, de facto, um empréstimo necessário por todos os aspetos que já referiu, portanto, espera que, tal como foi em reunião de Câmara, que seja aprovado também aqui em Assembleia Municipal.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Deu novamente a palavra aos membros da Assembleia Municipal que pretendiam intervir.

#### **Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU**

Não podem ignorar o passado e falar como se nada fosse feito. O investimento e o lugar da CDU, ao longo dos vários mandatos, é imenso neste concelho. É claro que as infraestruturas também se danificam, aliás, o que senhor Presidente tenta escamotear é que, desconhecendo a condição em que estava aquele coletor, a tal conduta do esgoto do cais, a primeira coisa que fez foi intervir, fez uma reparação que durou uma semana e abateu outra vez. Isto foi um trabalho mal feito, e percebe-se que seja um trabalho mal feito, porque exigiu depois medidas adicionais, exigiu a tal inspeção e, sem a tal inspeção, não era suposto saber, exatamente, o que lá estava. Isto é como alguém que tem uma ferida ir ao médico, mas depois descobre-se que, afinal, tem outro problema mais grave.

Está-se a tentar dramatizar uma situação que, ao fim ao cabo, até decorreu de uma intervenção recente da própria Câmara, que foi a reparação que não resultou, e foi-se mais longe, e bem. Agora, tentar transpor isto para toda uma obra mal feita, é meramente uma falácia, é, mais uma vez, campanha eleitoral, tentar enganar a todos com “nada foi feito, isto era o caos, a gente somos os melhores, vamos resolver tudo”, mas está-se a ver tudo aquilo que se está, exatamente, a resolver, e o descontentamento cada vez mais crescente da população, que reivindica que as promessas eleitorais feitas sejam cumpridas, e é apenas isto. Já aqui disse, mais do que uma vez, aquilo que mais deseja é que o executivo governe bem, em prol desta terra. É isso que quer, mas não é isso que está a verificar.

E, já agora, dizer que entre 2012 e 2017 foram investidos neste concelho, no mandato da CDU, 10000000 de euros em redes de saneamento. Podem-lhe dizer “mas aquela não repararam”, e é verdade, não repararam, mas foi levada redes de saneamento a muitos locais deste concelho que necessitavam, a rede de saneamento do Penteado, a rede de saneamento nas Arroteias, porque a cobertura das redes de saneamento e da rede de águas no concelho é das melhores do país, e é o legado que este executivo tem. É uma cobertura, em zonas urbanas, de 100% e, quanto maior é a rede e mais antiga é a rede, é natural que surjam também os problemas. Agora, tenta-se dramatizar isto, tenta-se fazer aqui algum teatro político, como alguém gosta de dizer, para dizer que isto é o caos e “nós vamos salvar”, mas estão a ver, exatamente, o que é que esse discurso tem vindo a dar.

Também este investimento dos 10000000 de euros foi feito reduzindo a dívida ao ano, porque também tinha sido feito para abastecimento de água um empréstimo, mas o empréstimo foi votado na Câmara e na Assembleia Municipal dizendo, exatamente, que a obra para ser feita na rede de águas é isto, isto, isto, isto, isto, e sabia-se o que é que era para fazer, o reservatório no Rego d' Água, a conduta adutora da Fonte da Prata para os reservatórios, os furos, portanto, é uma listagem que, aliás, é uma exigência legal do Tribunal de Contas, independentemente, do resultado da votação desta proposta, tem dúvidas da eficácia quando chegar ao Tribunal de Contas, porque a listagem das obras é uma exigência. O Tribunal de Contas não visa um bolo, visa um empréstimo para execução de obras concretas, e essa listagem não está aqui, como já foi referido pelo seu camarada João Figueiredo, portanto, acha que esta questão é determinante, e a questão aqui não é propriamente o querer fazer, é o querer fazer instruindo bem o processo e fazer bem, escolher bem. É isso que querem que seja resolvido.

Entregaram na Mesa um requerimento, que o senhor Presidente depois há de fazer o favor de ler, a pedir, exatamente, que seja disponibilizado, já que tanto se fala na tal inspeção, ou no tal relatório do LNEC, a cada grupo da Assembleia um exemplar do relatório, para conhecerem. Têm o direito, e já que é tão falado aqui, também gostavam de conhecer e saber o que é que lá está, o que lá vem a dizer, quais são as medidas mitigadoras, até pela preocupação que, há pouco, o deputado do PSD colocava, na proteção de pessoas e bens, com a circulação que se está ali a verificar.

E, já agora, dizer ao senhor Presidente da Assembleia, porque o alertaram para esse aspeto, consultada a Área Reservada do sítio da Assembleia constam vários requerimentos, nomeadamente, do Partido Socialista e do Bloco de Esquerda, mas a CDU já apresentou vários requerimentos e zero, não têm nem um único requerimento reproduzido, e já foram alguns aprovados, já apresentaram alguns, pelo que também pedia que corrigissem essa lacuna.

### **Presidente da Junta de Freguesia da Moita, Fabrício Pereira**

Na realidade, fica contente porque está a ver que tem público nas assembleias de freguesia, e isso é fruto do seu trabalho em transmitir e divulgar a informação das autarquias locais.

Estava a deixar este assunto para os atos da Câmara, mas já que foi puxado “à baila”, diga-se assim, vai só fazer algumas considerações porque, realmente, pode ter havido um erro de perceção ou, até vai mais longe, um erro de comunicação. Poderá ter havido essa situação, mas que o problema está lá, está e existe. Se forem naquele pequeno troço ao lado da laranjeira, entre a sede do PS e a curva para Rosário, realmente, veem que a estrada ali está a abater. E, perante esta situação, também fica preocupado, não viu o relatório a fundo, foi uma conversa sobre um problema que está ali e que se tem que resolver, por isso é que a estrada não pode ser acionada, mas aí o senhor Presidente é a pessoa indicada para falar sobre isso.

O que, realmente, gostava de saber, é qual o ponto de situação para a resolução daquele problema, para voltarem a circular naquela curva e, claro, o que é está naquele abatimento ser resolvido, ou seja, qual é o período de tempo que vão ter que esperar até que esteja resolvido, porque sabe que são precisos projetos, depois concursos, contratação pública, e é óbvio que isto pode ser justificável por uma necessidade que, pensa, ser impreterível, e seja esta a própria justificação, e que possa até ser feito sem processo, assim pensa, e depois justifica-se.

Entretanto, deixa à consideração a possibilidade de escorar aquela tubagem por dentro, porque há de haver alguém entendido por forma a garantir 100% de segurança, ou seja, com a colocação de várias escoras ao longo daquele troço, se, realmente, há ali algum problema, que garanta a segurança de quem por ali passa, pelo menos até àquela obra se poder ser realizar.

### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou à Câmara Municipal se pretendia prestar alguns esclarecimentos.

### **Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino**

Acredita, e só mesmo para resumir, porque acha que não vale a pena acrescentar mais àquilo que já disse, que ficava muito preocupado quando, um dia, ouvisse a oposição concordar consigo. Ficava extremamente preocupado.

Depois, dizer que aqui, mais uma vez, se faltou e se procurou faltar à verdade. Quem faz a avaliação do tipo de intervenção que é necessária ser feita naquele ponto, onde houve aquele abatimento específico, são os trabalhadores desta Casa, e acha inaceitável, acha mesmo inaceitável, o ataque indireto que se faz aos seus técnicos e aos seus trabalhadores que, numa primeira análise, fizeram aquela reparação que, fruto da capacidade que existe, não foi possível verificar que o problema era de uma maior extensão, porque não é possível que, sempre que haja um abatimento de um ponto, e já há vários, a Câmara, por norma, possa chamar o LNEC para avaliar toda a extensão, fruto do custo que custa pedir uma inspeção, que é 5000 euros, e isto por cada abatimento que houvesse. A CDU nunca o fez, ou pelo menos não se lembra da CDU o ter feito, ou de ter vindo aqui dar nota disso mesmo.

Houve aquele abatimento, resolveram fazer aquela inspeção, e quando falam aqui que fizeram investimento na rede de saneamento, o que é certo é que fizeram um investimento na rede de saneamento, mas não sabe que investimento é que foi esse porque, inadvertidamente, as águas residuais continuavam encaminhadas para o lugar das águas pluviais e, ainda recentemente, fizeram uma inspeção na rua João Anes, onde se verificou a necessidade de corrigir 12 ramais. 12 ramais. E a sua pergunta é, onde é que andaram os senhores e o que é que andaram aqui a fazer.

Por isso, as necessidades são muitas, e respondendo senhor Presidente da Junta, dizer só que, tudo o que é possível ser feito, até ao momento, está a ser feito. As soluções técnicas, palpites e ideias que todos têm, com a melhor das boas vontades, e agradecem todas aquelas ideias que lhes possam querer dar, mas as intervenções técnicas têm que ser deixadas aos técnicos, que são especialistas na área, para resolverem aquela situação, e o que lhe têm dito não é escorar porque, escorar por si só, inviabilizava e limitava a circulação das águas residuais, e não seria essa a solução. Mas, se em algum momento houver algum caso em que se detete que a segurança não está garantida, o que se tem que fazer é interditar a rua, ponto. E têm que reconhecer e perceber isso mesmo, e ter a capacidade de explicar isso mesmo, com quem se cruzarem, com quem lhes perguntar, porque, ao contrário de outros investimentos que foram feitos para as repavimentações, e os empréstimos das repavimentações é para ser pago durante 20 anos, enquanto uma repavimentação dura, em média, 10 anos, ou seja, estão a pagar uma coisa durante 20 anos que, na realidade, só dura 10, quando neste, ao contrário, para um empréstimo de 20 anos, as intervenções que fizerem duram 40 anos.

### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Neste momento, e perante manifestações por parte do Grupo Municipal da CDU, pediu que tivessem contenção.

### **Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino**

Agradeceu ao Deputado Municipal João Faim e disse que não precisa de claque de apoio, e o que lhe quer dizer é que as manutenções tem que ser preventivas, correntes, ao longo do tempo, e os senhores deixaram chegar os carros de desentupimento a um estado em que tiveram de contratar empresas externas, porque nem capacidade tinham para fazer os desentupimentos e tinham que ir buscar apoio ou a Almada ou ao Barreiro. E, não vale a pena continuar a dizer e a fazer sinal com a cabeça que não é verdade, porque bem sabe aquilo que os trabalhadores da Câmara Municipal passavam quando iam aos locais, com aqueles carros enormes, e não havia capacidade de bombagem para fazer o desentupimento, e depois contratavam-se empresas externas. O carro da Câmara dava a água e a empresa externa fazia a bombagem.

A empresa externa, certamente, ganhou muito com isso, as empresas privadas, certamente, ganharam muito com esse negócio, mas quer dizer que para o arranjo das bombas, que nunca ninguém alvitrou, nunca ninguém falou e nunca ninguém colocou em cima da mesa, foi preciso chegarem-se à frente, pedirem um orçamento, e o orçamento foi apenas de 6000 euros para arranjar as bombas dos dois carros. E o que pergunta é, façam lá as contas, quanto é que custou virem as outras empresas a cada intervenção. Por isso, a nível de gestão e daquilo que foi a gestão da CDU, ficam aqui com estes dois dados em cima da mesa, francamente, conversador.

Aquilo que está em cima da mesa são duas coisas muito simples, ou querem ou não querem recuperar a rede de águas residuais. Sim ou não. E votam em liberdade com isso mesmo, votam em liberdade com a vossa consciência e com aquilo que acharem por bem. Agora, certamente, não se sentirão confortáveis a andar na rua e ver abatimento após abatimento. Mas, volta a referir, votam como acharem por bem. Este executivo, enquanto aqui estiver, estará sempre do lado da solução.

### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Deu novamente a palavra aos membros da Assembleia Municipal que pretendiam intervir.

### **Presidente da Junta de Freguesia da Moita, Fabrício Pereira**

Só para dizer que, enquanto político, tomo a liberdade de dar alguns palpites e algumas opiniões sobre os assuntos, mas uma coisa é clara, ficou sem resposta quanto à previsão de resolução do problema que está ali naquela via.

### **Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU**

Ficou o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Moita sem resposta, e ficou a CDU, porque o senhor Presidente da Câmara resolveu entrar por um conjunto de vários caminhos, alguns deles, mais ou menos, ímpios, mas esqueceu-se de dar resposta à questão da listagem das intervenções. E foi essa a pergunta da CDU. O senhor Presidente falou de um montão de coisas que não tinham nada para o caso, mas em resposta à pergunta sobre onde é que está a lista específica das intervenções, aquelas que vão ser necessárias para o Tribunal de Contas aprovar o empréstimo, o senhor Presidente disse zero.

### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Informou que tinha um requerimento do Grupo Municipal da CDU para submeter à admissão, discussão e votação do plenário, tendo efetuado a sua leitura conforme transcrição infra:

“A bancada da CDU, vem pelo presente, de acordo com o disposto no artigo 35º do Regimento da Assembleia Municipal da Moita, requerer que seja disponibilizada a cada bancada um exemplar do estudo LNEC que o senhor Presidente da Câmara da Moita diz que a autarquia tem, sobre a conduta de esgoto que tem um abatimento, que existe no cais da Moita e que tem um buraco.”

Colocado o requerimento à votação do plenário, o mesmo foi aceite por unanimidade.

Em seguida, e uma vez que a Câmara Municipal manifestou não ter mais nada a acrescentar, submeteu a proposta a votação.

Submetida a **proposta** a votação, foi a mesma **aprovada** por **maioria** com dezassete votos a favor, sendo quinze do PS, dois do BE; quatro abstenções, sendo uma do PSD, uma do CDS, uma do Independente Bruno Mendes, uma da Independente Ana Pereira; dez votos contra da CDU.

**Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto.

**Declaração de Voto do Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU**

“A bancada da CDU votou contra, e temos muita pena de ter votado contra, porque achamos que este processo não está bem instruído e, não estando bem instruído, não vai andar para a frente. O que na nossa opinião vai acontecer é que estamos a perder tempo que deveríamos estar a aproveitar para fazer o processo andar, porque não há ninguém nesta sala que não concorde que se façam intervenções onde elas são necessárias, e é isso que é necessário identificar neste processo. e não está. Não temos nada contra usar esses empréstimos quando é necessário, não temos nada contra em fazerem-se obras na rede de esgotos, ou onde quer que seja necessário, agora os processos têm que estar bem instruídos, até porque se não estiverem bem instruídos, depois não avançam e estamos todos aqui a perder tempo.”

**1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE**

“Votámos favoravelmente a contratação do empréstimo de médio e longo prazo para financiamento da remodelação e construção de redes de águas residuais, apesar de, em termos de especulação bancária, este não ser o melhor momento para a elaboração deste tipo de contratos. Mas, porque é urgente passar das palavras aos atos e pôr o conelho a rolar, não somos nós a pôr o pau na roda.”

**Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perante o adiantado da hora, e em conformidade com o nº2 do artigo 27º do Regimento da Assembleia Municipal da Moita, informou que se suspendia a sessão, sendo o último ponto da ordem do dia protelado para uma segunda reunião, a realizar no próximo dia 7 de julho de 2023, pelas 21 horas, no Salão Nobre do Edifício Sede do Município da Moita.

Em seguida deu indicação à 2ª Secretária para iniciar a leitura da ata em minuta.

Após a leitura perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção submeteu a ata em minuta a votação.

**A ata em minuta da presente reunião foi aprovada por unanimidade, para produção imediata de efeitos, com trinta e um votos a favor, sendo quinze do PS, dez da CDU, dois do BE, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes, um da Independente Ana Pereira.**

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a reunião, era uma hora e dez minutos do dia um de julho de dois mil e vinte e três.

O Presidente

O 1º Secretário

A 2ª Secretária

\_\_\_\_\_  
António Duro

\_\_\_\_\_  
António Chora

\_\_\_\_\_  
Cláudia Fera

As intervenções constantes nesta ata encontram-se devidamente gravadas, em ficheiro mp3, que faz parte integrante da mesma.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MOITA**  
**XIII MANDATO 2021 - 2025**  
**LISTA DE CORRESPONDÊNCIA ENTRADA DE 13.05.2023 A 30.06.2023**  
**EM CONFORMIDADE COM O Nº5 DO ARTIGO 42º DO REGIMENTO**

<b>Nº</b>	<b>DATA</b>	<b>REMETENTE</b>	<b>ASSUNTO</b>
<b>061</b>	15-05-2023	AHBVCM - Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Concelho da Moita	Informa sobre a constituição dos Órgãos Sociais para o triénio 2023-2025
<b>062</b>	16-05-2023	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete, para apreciação e aprovação na próxima sessão da Assembleia Municipal: Desafetação de uma parcela de terreno do Domínio Público Municipal para o Domínio Privado do Município
<b>063</b>	16-05-2023	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete minuta da ata da reunião ordinária realizada no dia 10.05.2023
<b>064</b>	22-05-2023	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete minuta da ata da reunião extraordinária realizada no dia 19.05.2023
<b>065</b>	23-05-2023	UFBBVA - União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira	Convida para a Sessão Solene do Dia do Associativismo, dia 31 de maio, pelas 21 horas, no Fórum Cultural José Manuel Figueiredo
<b>066</b>	30-05-2023	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete minuta da ata da reunião ordinária realizada no dia 24.05.2023
<b>067</b>	13-06-2023	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete minuta da ata da reunião ordinária realizada no dia 07.06.2023
<b>068</b>	13-06-2023	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete, para apreciação e aprovação na próxima sessão da Assembleia Municipal: Aprovação da contratação de empréstimo de médio e longo prazos para financiamento de obras de remodelação e construção das redes de águas residuais até ao montante de €2.930.000,00
<b>069</b>	13-06-2023	Pedro Alexandre Rodrigues Mateus	Solicita a sua substituição na Sessão Ordinária de junho
<b>070</b>	15-06-2023	Ana Isabel Pinto Pereira	Solicita o levantamento da suspensão do seu mandato, pedido pelo período de um ano, a partir da presente data
<b>071</b>	19-06-2023	Ana Rita Condeço Neto	Solicita a suspensão do mandato pelo período de 365 dias
<b>072</b>	20-06-2023	Luís Manuel de Oliveira Morgado	Solicita a renúncia do seu mandato
<b>073</b>	21-06-2023	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete, para conhecimento, a Proposta nº138/XIII/2023, intitulada "Transferência competência do antigo armazém da ex-PAC", aprovada na reunião de 07.06.2023
<b>074</b>	26-06-2023	Mónica Alexandra da Silva Vilhana Ribeiro	Solicita a sua substituição na Sessão Ordinária de 30 de junho de 2023
<b>075</b>	26-06-2023	Fernanda Nunes de Oliveira Gaspar	Solicita a sua substituição na Sessão Ordinária de 30 de junho de 2023

<b>076</b>	26-06-2023	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete minuta da ata da reunião ordinária realizada no dia 21.06.2023
<b>077</b>	26-06-2023	Humberto Manuel Martins da Rosa	Solicita a sua substituição na Sessão Ordinária de 30 de junho de 2023
<b>078</b>	26-06-2023	Miguel Francisco Amoêdo Canudo	Solicita a sua substituição na Sessão Ordinária de 30 de junho de 2023
<b>079</b>	27-06-2023	Eduardo Jorge Meruje Teixeira	Solicita a sua substituição na Sessão Ordinária de 30 de junho de 2023
<b>080</b>	28-06-2023	Carlos Alberto Pereira Dias	Solicita a sua substituição na Sessão Ordinária de 30 de junho de 2023